

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GUSTAVO ENOQUE SILVA

**O uso corporativo do território: investimentos chineses em infraestrutura e energia no
Brasil**

São Paulo

2019

GUSTAVO ENOQUE SILVA

**O uso corporativo do território: investimentos chineses em infraestrutura e energia no
Brasil**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Bacharel em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa Dra. María Mónica Arroyo

São Paulo

2019

Nome: SILVA, Gustavo Enoque

Título: O uso corporativo do território: investimentos chineses em infraestrutura e energia no Brasil

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Bacharel em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa Dra. María Mónica Arroyo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. María Mónica Arroyo (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof Dr. Ricardo Mendes Antas Jr.

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof Dr. Fabio Betioli Contel

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico a todos vocês que me acompanham nessa jornada e que estão comigo todos os dias e/ou aqueles que, mesmo distantes, estão sempre no meu coração. Este trabalho não seria possível sem o apoio de vocês, que dividem comigo as alegrias, as frustações e as risadas que marcam as nossas vidas.

Dedico este trabalho aos meus pais Sueli Aparecida Gonçalves da Silva e João Enoque da Silva, por todo carinho, dedicação e apoio. Vocês são minha inspiração! À Juliana Gonçalves da Silva, minha irmã e grande amiga, agradeço por todas as vezes que me apoiou, me entendeu e me fez rir até doer a barriga. A toda minha família por parte de mãe e de pai, especialmente meus avós, ao “vô Enoque”, à “vó Maria” e à “vó Juraci”. Bença!

Agradeço às Manas, Cinthia Lira, Igor Martiniano, Leandro Castro e Letícia Freire, Rodrigo Freire pelo carinho, pela diversão, pelas risadas, pelas histórias e por todo apoio!

Aos amigos da USP e do trabalho, Ana Clara, André Tiê, André Xano, Bruno Santiago, Bárbara Fernandes, Clarissa Augusto, Gabriel Lauand, Igor Moreira, Flávia Belarmino, Flávia Mota, Leandro Andrade, Mellina Ferreira, Natália Lumi, Thais Gonçalves, Vanessa Rodrigues, porque nós estivemos juntos tantos dias e dividimos nossas risadas, histórias e frustações. Agradeço a vocês que estiveram comigo desde momentos maravilhosos até os mais tristes.

Aos meus queridos amigos Felipe Leme, Isabele Alves, Marcela Coelho e Taynan Marques, por todo carinho e apoio! Um agradecimento especial ao Felipe, que em todos esses anos por mais distante que estivesse sempre estava a par da minha vida, sempre me ajudou e que eu tenho muito apreço!

Aos professores da Geografia, especialmente Amélia Damiani, Emerson Galvani, Isabel Alvarez, Manoel Neto, Mónica Arroyo e Ricardo Mendes, que ministraram aulas excelentes, tiveram sempre muito cuidado com a graduação e contribuíram para minha formação com conversas construtivas, sugestões e correções!

A Profª Drª Mónica Arroyo que me orientou com todo carinho, atenção e paciência. Sem dúvida suas sugestões, o incentivo e a condução deste trabalho me ajudaram até seu desfecho. Agradeço o trato e a confiança que depositou no trabalho!

RESUMO

SILVA, Gustavo Enoque. **O uso corporativo do território: investimentos chineses em infraestrutura e energia no Brasil.** 2018. 77 p. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

A abertura irrestrita das economias nacionais e dos fluxos de investimento no decorrer dos anos 1980 aprofundou a internacionalização das empresas e das economias nacionais; fluxos massivos de capital externo deslocavam-se, sobretudo aos países mais desenvolvidos. Quando ocorre, principalmente nos anos 2000 o renascimento econômico da Ásia Oriental, liderado pela China sucede uma nova alternância na economia globalizada e um dos pontos a se destacar é o aumento do investimento externo direto em países em desenvolvimento. Nessa tendência, o ano de 2010 marca um aumento acentuado dos investimentos chineses no Brasil, destinados principalmente aos setores ligados a energia e mineração. Consequentemente, esta pesquisa busca entender a relação entre Brasil e China estabelecida pela marcha dos investimentos chineses, destacando: os agentes que participam dessa dinâmica, a conjuntura econômica e política, a reorganização da divisão territorial do trabalho no Brasil pela política de privatização de empreendimentos e os desdobramentos socioespaciais dos projetos em andamento em algumas regiões brasileiras.

Palavras chaves: Globalização, desenvolvimento econômico, investimentos chineses, território brasileiro, infraestrutura.

ABSTRACT

SILVA, Gustavo Enoque. **The corporate use of the territory: Chinese investments in infrastructure and energy in Brazil.** 2018. 77 p. Individual Graduation Work - Department of Geography, Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, 2018.

The unrestricted opening process of the national economies and the flow of investment in the course of the years 1980 deepened the internationalization of the companies and national economies, massive flow of external capital dislocating mainly to emerging countries. When, in the decade of 2000, the economic renaissance in Western Asia led by China succeeds a new shift in the globalized economy, and one of the outstanding aspects is the raise of external investment directly in the emerging countries. In line with that trend, the year of 2010 marks a sharp increase in Chinese investments in Brazil, destined especially to sectors related to energy and mining. The present research, therefore, aims to understand the relationship between Brazil and China, established by the march of Chinese investments, emphasizing: the agents that took part in this dynamic; the economic and political conjuncture; the reordering of the territorial division of labor in Brazil by policies of enterprise privatization; socio-spatial developments of the ongoing projects in some of the Brazilian regions.

Keywords: Globalization, economic development, Chinese investments, Brazilian territory, infrastructure.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimentos Externos Diretos (saída), entre 1974 e 1990 (em US\$ bilhões).....	21
Gráfico 2 - Investimentos Externos Diretos (saída), entre 1991 e 2016.....	24
Gráfico 3 - Fluxos de entrada e saída de IED na China (em US\$ bilhões).....	32
Gráfico 4 - Exportações, Importações e Balança Comercial Brasileira - Parceiro: China.....	48
Gráfico 5 - Exportações Brasileiras por Fator Agregado - Parceiro: China.....	49
Gráfico 6 - Importações Brasileiras por Fator Agregado - Parceiro: China.....	50
Gráfico 7 – Investimentos da China no Brasil no setor de energia (em US\$ Bilhões).....	57
Gráfico 8 – Investimentos confirmados por divisão setorial (2010-2016).....	58
Gráfico 9 – Distribuição dos investimentos por Estado.....	59
Gráfico 10 – Evolução dos desembolsos do BNDES (em R\$ bilhões).....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre fluxos de IED, exportação mundial e vendas das subsidiárias de multinacionais (em US\$ constantes em 2016).....	18
Quadro 2 - IED global 1980-2016 (em US\$ constantes de 2018).....	20
Quadro 3 – Principais indicadores energéticos chineses entre 2005 e 2011.....	38
Quadro 4– Resumo dos investimentos chineses no Brasil.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráficos elaborados pela Petrobras sobre a matriz e demanda energética Chinesa..	74
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os maiores receptores de IED do mundo entre 1970-2017 (em milhões de dólares)	22
Tabela 2 – Relação PIB/ Investimento em infraestrutura.....	55
Tabela 3 – Relação Investimentos Chineses/ Investimentos em infraestrutura no Brasil.....	57
Tabela 4 - As cinco principais empresas chinesas investidoras no Brasil no período 2010-2016, para investimentos “confirmados”.....	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Investimentos em energia nos projetos nas Unidades Federativas.....	59
Mapa 2 – “A China e Globalização”.....	75
Mapa 3 – “As etapas da abertura chinesa”.....	76
Mapa 4 – “Disparidades regionais do desenvolvimento econômico chinês”.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIE – Agência Internacional de Energia
- ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
- ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
- APA – Área de Proteção Ambiental
- BCB - Banco Central do Brasil
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
- CEBC - Conselho Empresarial Brasil-China
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CNPC – China National Petroleum Corporation
- CNOOC - China National Offshore Oil Corporation
- COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
- CRA - Arranjo Contingente de Reservas
- CTG – China Three gorges
- EUA- Estados Unidos da América
- FCA - Ferrovia Centro-Atlântico
- FCB - Fundo Brasil-China para Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva
- FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária
- GIC-IE/UFRJ – Grupo de Indústria e Competitividade
- IIRSA - Iniciativa da Infraestrutura Regional Sul-Americana
- IED – Investimento Externo Direto
- IFIs - Instituições Financeiras Internacionais
- LPI – Índice de Performance Logística
- MATOPIBA- Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
- MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MOFCOM - Ministério do Comércio da República Popular da China

NAFR - Nova Arquitetura Financeira Regional

NDB – Novo Banco de Desenvolvimento

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC- Programa de Aceleração de Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PNB – Produto Nacional Bruto

PPI - Programa de Parcerias de Investimento

PPL - Programa de Investimento em Logística

PPPs - Parcerias Públíco-Privadas

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RPC – República Popular da China

SINOPEC - China Petroleum & Chemical Corporation

TCU – Tribunal de Contas da União

UE – União Europeia

UNASUL - União das Nações Sul-Americanas

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

WISCO - Wuhan Iron and Steel Corporation

ZEE – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A dinâmica financeira no capitalismo contemporâneo	14
1.1 A globalização econômica.....	14
1.2 O imperativo da circulação	16
1.3 Fluxos de Investimento Externo Direto aprofundam a internacionalização	17
1.4 A infraestrutura no processo de acumulação capitalista	25
CAPÍTULO 2 - China, Brasil e a relação comercial sino-brasileira	29
2.1 China: Revolução, Reformas e Abertura.....	29
2.2 Crescimento e comércio Exterior da China nos últimos trinta anos	33
2.3 O papel da China no comércio e nas finanças mundiais	35
2.4 Demanda energética e recursos naturais: necessidades de uma indústria chinesa em crescimento.....	36
2.5 Brasil: A inserção brasileira no capitalismo financeiro	38
2.6 O Brasil no século XXI: exportação de commodities e financeirização	43
2.7 A relação sino-brasileira se consolida.....	44
2.8 Evolução do comércio exterior Brasil-China	47
CAPÍTULO 3. Investimentos chineses no Brasil em infraestrutura e energia	51
3.1 A natureza dos investimentos	51
3.2 Análise dos investimentos em infraestrutura e energia	55
3.3 O investimento em infraestrutura em perspectiva	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXO	73

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender os investimentos chineses no Brasil a partir do século XXI e dimensionar a importância desses fluxos e como se diferenciam no território. A atual posição de liderança da China na Ásia assume um novo momento da ordem mundial, sendo uma importante mudança para destacarmos na atualidade, afinal, segundo Santos, “o papel das finanças na produção de uma nova arquitetura do espaço não tem escapado aos geógrafos” (SANTOS, 2008, p. 201).

A intensificação dos fluxos materiais e imateriais é uma característica marcante das últimas décadas do capitalismo financeiro¹. Nele, dinheiro, mercadorias e informação circulam de tal forma que o tempo parece ter reduzido as distâncias e potencializado o deslocamento das cadeias produtivas de acordo com as vantagens competitivas que marcam a concorrência econômica global. O resultado dessa interação complexa de processos multiescalares de integração da economia mundial tem em sua dimensão material a conexão das indústrias e centros comerciais, financeiros e urbanos por meio das técnicas de informação que integram, ao mesmo tempo, os circuitos espaciais de produção, aumentando a escala e o alcance da circulação do capital no espaço.

O tema proposto visa contribuir para o debate da geografia em torno do desenvolvimento geográfico desigual, da organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio da divisão internacional do trabalho e de funções apropriadas a um momento particular da acumulação. O processo de transformação de um espaço em um território está inexoravelmente relacionado com a materialização de redes de poder que prestam a análise.

É necessário compreender que esse processo está inserido na lógica atual da globalização, como resultado complexo de processos multiescalares de integração econômica. A globalização, de acordo com P. Veltz (1993, p. 51), deve ser entendida como “uma gestão global de múltiplas diferenciações territoriais”. De tal maneira que os negócios governam mais que os governos, mas se alguns anunciam que o Estado não seria mais necessário para gerir as mudanças internacionais, outros também insistem que o capitalismo não perdeu sua dimensão nacional. Segundo Peter Dicken (1994) “não apenas os Estados ainda são atores importantes,

¹“O capitalismo financeiro antevisto por Rudolf Hilferding, em que o capital bancário e o industrial se fundiriam sob o controle do primeiro, não chegou a ocorrer, mas materializaram-se a globalização financeira — a liberalização dos mercados financeiros e um grande aumento dos fluxos financeiros em torno do mundo — e o capitalismo encabeçado pelo setor financeiro, ou capitalismo financeirizado.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 55).

como têm a capacidade de encorajar ou inibir a integração global ou nacionalmente responsável frente aos desígnios das empresas transnacionais.

Destacamos que integração global implica na emergência do espaço racional que é marcado por um mecanismo regulado, em que cada peça convoca as demais a se pôr em movimento sob um comando centralizado; a analogia pode ser feita tanto para a ação de uma transnacional, quanto para um Estado Nacional. A reprodução do capital está assentada nas ações desses agentes, de forma que a localização de infraestruturas é resultado de planejamento, que interessa sobretudo aos agentes hegemônicos da economia.

Concordando com Raffestin (1993), admite-se que entre os elementos constitutivos da relação Brasil-China, temos os atores, a política dos atores – o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades -, suas estratégias, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação. Neste sentido, convém partir de considerações a respeito da relação entre os interesses econômicos desses países, questionando se há uma convergência de objetivos ou conflitos na projeção internacional desses países.

O Capítulo I buscará ferramentas da economia política e da Geografia para introduzir as dimensões da globalização econômica, a expansão dos fluxos de investimento, especialização produtiva dos países e a proliferação de grandes projetos de infraestrutura no mundo. A preocupação do capítulo é, sobretudo, produzir uma síntese das características da globalização que nos serve para investigar os investimentos chineses em infraestrutura no Brasil. A compreensão da economia mundial contemporânea exige um entendimento das relações de produção, das bases materiais e das normas em que ela está inserida.

Os fluxos de investimentos e comércio não são fenômeno atual, porém dada a condição atual da mobilidade das indústrias na acumulação flexível e sua capacidade de produzir de forma ordenada, estes fluxos saltaram como forma contundente de ampliar a transnacionalização das empresas e, neste caso, as empresas centrais chinesas não escapam desse processo.

No capítulo II, serão analisados os caminhos do desenvolvimento econômico chinês e brasileiro. É importante, portanto, caracterizar esses países de forma sucinta, capaz de sintetizar as forças positivas e negativas do desenvolvimento analisado a partir do pós-guerra, considerando a geografia e os processos históricos importantes ao entendimento da totalidade que pretendemos apresentar.

Descrever ambos os países é uma tarefa que exige considerar as influências externas: a subordinação, que se faz pelo comando dos centros financeiros mundiais e pelas multinacionais. Portanto, destaca-se que o imperialismo engendrou conjuntamente a subordinação das

economias periféricas, mediante a sua internacionalização e à mundialização econômica. Tendo em vista que já foi destacado, no Capítulo I, a evolução econômica e financeira da Globalização, partimos para as consequências no desenvolvimento de cada país, analisando com destaque o papel dos investimentos externos em cada país.

Dessa forma, salientamos o desenvolvimento econômico de ambos os países e ressaltamos as políticas do planejamento chinês, o modelo gradual de reformas, como um contraponto ao modelo da ortodoxia liberal². Este por sua vez, marcou a política brasileira e da sua inserção internacional, com a orientação do Consenso de Washington. A inserção do Brasil na economia mundial, os atores participantes e a financeirização são pontos considerados para entender a nossa estrutura socioeconômica. A balança comercial, a dívida pública, as privatizações são fatos interligados que respondem às questões acerca da reprimarização das exportações brasileiras. E, por fim, analisamos a relação econômica, sino-brasileira, observando os interesses em jogo e as perspectivas para ambos os países.

No capítulo III, analisamos os investimentos chineses no Brasil, no setor de energia e infraestrutura, destacando as áreas em que foram realizados investimentos, as empresas atuantes e a conjuntura na qual se deram. Consideramos o consumo energético chinês e sua necessidade de segurança energética, como principal responsável por investimentos no país. É possível afirmar que a conjuntura político-econômica do Brasil favoreceu a entrada desse capital externo, através de planos de privatização e venda de ativos. Também avaliamos - a partir dos relatórios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - o comércio exterior Brasil-China, os principais produtos comercializados e os desafios e contradições da relação.

Os dados referentes aos investimentos chineses estão assentados no uso de fontes primárias - relatórios oficiais – que apresentam informações relevantes disponíveis em endereços eletrônicos de instituições de pesquisa e consultoria como: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CELAC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Centro Empresarial Brasil-China (CEBC), GIC-IE/UFRJ, este último como resultado de um compilado de dados de investimentos chineses no Brasil. Cabe pontuar que serão analisados apenas os investimentos classificados como “realizados”, pelas fontes citadas. Também foram consultados artigos e simpósios, do Instituto de Economia da UFRJ acerca dos investimentos chineses no Brasil, assim como bibliografia especializada em estudos sobre a China.

²Segundo ARRIGHI, (2008, p.361) “o sucesso das reformas chinesas pode ser atribuído ao não abandono do gradualismo em favor das terapias de choque defendidas pelo Consenso de Washington; ao reconhecimento de que só se consegue manter a estabilidade social se a criação de empregos andar de mãos dadas com a reestruturação e à busca de garantia de reutilização proveitosa dos recursos deslocados em virtude do aumento da concorrência”.

CAPÍTULO 1 - A dinâmica financeira no capitalismo contemporâneo

1.1 A globalização econômica

Para alguns autores³, a globalização pode ser entendida como uma etapa de aprofundamento da internacionalização, ao longo dos anos 1980, pela abertura irrestrita das economias nacionais e dos fluxos de investimento, comércio e tecnologia. Tendência consolidada na esteira da interconexão dos mercados cambiais, financeiros e de aplicações, viabilizada pelos fluxos maciços e contínuos de capitais entre os centros financeiros do globo. A principal origem dos movimentos dos fluxos de capitais foram os elevados déficits da balança de pagamentos dos EUA, que se davam pelos crescentes superávits do Japão, da Alemanha e dos “Tigres Asiáticos”.

O progresso técnico das telecomunicações e da computação a partir da difusão de seus equipamentos viabilizou a conexão on-line, instantânea de dados em massa, permitindo que um agente em qualquer parte do mundo pudesse operar simultaneamente, nos diversos mercados globais⁴. (COUTINHO, L. 1992; SANTOS FILHO, 1993 apud SANTOS, 2017).

Segundo Belluzzo, sobre a emergência dos mercados globalizados:

Foi, aliás, sob o signo da desorganização financeira e monetária que se deu a formidável expansão do circuito financeiro “internacionalizado”, nos anos 70. A crise do sistema de regulação de Bretton Woods, permitiu e estimulou o surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais. A fonte inicial dessas operações “internacionalizadas” foram certamente os dólares que excediam a demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras. O primeiro choque do petróleo e a famosa reciclagem privada dos petrodólares ampliaram as bases da oferta de crédito internacional e empurraram o sistema para a zona de riscos crescentes. De qualquer maneira, a euforia do endividamento externo que deu sobre-fôlego a muitos projetos de industrialização e de crescimento industrial (tanto na periferia do capitalismo, quanto na área socialista), já era resultado da fadiga e das contradições que atingiram os mecanismos básicos que garantiam, simultaneamente, a estabilidade e o crescimento das economias centrais. (BELLUZZO, 1995, p. 15).

³MARTINS (2011, p. 17) destaca pesquisadores que concebem a globalização como um fenômeno principalmente financeiro, articulado pela integração dos mercados mundiais.

⁴“O desenvolvimento das operações financeiras internacionais baseou-se numa estrutura financeira criada por dois processos conhecidos sob os nomes de multinacionalização e transnacionalização bancárias [...].

O processo de multinacionalização bancária corresponde à penetração dos bancos no sistema financeiro de outros países e à utilização de uma rede mundial de agências pelos bancos comerciais. Daí derivam um crescimento considerável das atividades bancárias fora dos países de origem dos bancos e um crescimento ainda mais notável do lucro obtido no exterior [...].

O processo de transnacionalização bancária se caracteriza pelo crescimento e emergência de várias praças e centros financeiros internacionais - Londres, Luxemburgo, Hong Kong, Cingapura, Panamá, Bahamas etc. Esses mercados desenvolvem sobretudo especializações em operações de triangulação e offshore” (M. Santos Filho, 1993, pp. 54-55 apud Santos, 2017, p. 208).

Associadas à abertura econômica e aos fluxos de investimento estão as reformas de caráter neoliberal, como a inaugurada na Inglaterra nos anos 80. O neoliberalismo aparece como fundamento político da globalização e da formação dos fluxos massivos de investimentos, a partir da desregulamentação financeira da década de 1970. As reformas tinham o objetivo de conduzir as economias nacionais à competição e idealizavam a constituição do futuro Estado mínimo. Segundo Bresser Pereira, (2010, p. 54):

Vimos a subida ao poder de uma coalizão política de rentistas e financistas que defendiam o neoliberalismo e a prática da financeirização, em lugar da antiga coalizão capitalista-profissional de altos executivos, da classe média e do trabalho organizado que caracterizara o período fordista.

A partir daí se seguem um conjunto de ações que preconizavam a abertura e desregulamentação dos mercados de ações e de *commodities* que resultaram na interpenetração dos fluxos de capital especulativo e a crise de diversos países⁵, as economias nacionais se mostravam hegemonizadas pela burguesias e agentes transnacionais. Chesnais aponta os fundamentos da mundialização do capital:

Os fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos. É apenas na vulgata neoliberal que o Estado é “exterior” ao “mercado”. É preciso recusar as representações que gostariam que a mundialização fosse um desenvolvimento natural. O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7. Graças a medidas cujo ponto de partida remonta a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan dos anos 1979-1981, o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e consequências estratégicas (CHESNAIS, 2000, p. 10).

Sobre os fundamentos políticos da globalização, Gonçalves (2003, p. 28), destaca que:

A ascensão do neoliberalismo foi o determinante político fundamental da globalização econômica [...] A liberalização representa a redução das barreiras comerciais de acesso aos mercados nacionais. A desregulamentação envolve a eliminação ou afrouxamento das normas reguladoras da atividade econômica. O que o neoliberalismo faz é a troca de sinais: intervenção estatal x iniciativa privada; regulação x mercado; barreiras comerciais x liberalização; controle do investimento externo x abertura.

Para Harvey, (2011, p. 33) “A virada para a financeirização desde 1973 surgiu como uma necessidade. Ofereceu uma forma de lidar com o problema da absorção do excedente”. Os fluxos de investimento que cresceram principalmente na década de 1980 foram levados a um novo patamar no momento de euforia da economia globalizada em 1990, após o Consenso de Washington e a dissolução da URSS. A sua crescente fatia mobilizada pelas indústrias e sua forma coordenada de produzir por meio de empresas globais é fruto da mais-valia global, da

⁵ A exemplo da crise econômica no Brasil (1980), no Japão (1989), no México (1994), no leste da Ásia (1997), na Rússia (1998), no Brasil (1999) e na Argentina (2001).

unicidade das técnicas e da convergência dos momentos (SANTOS, 2017). Eles ocorrem porque há um imperativo descrito por Marx de “aniquilar o espaço pelo tempo”, isto implica inovações tecnológicas que permitem a integração dos espaços mais distantes sem acrescer tempo à circulação, para que se viabilize a realização do valor.

Dessa forma, o espaço importa ao capital, pois é nele que se dá a circulação das mercadorias entre os circuitos espaciais de produção e quanto menor o tempo de circulação, maior a competitividade de uma cadeia produtiva.

Harvey (2004) aponta para as mudanças contemporâneas da internacionalização das trocas através da criação de uma organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão global do trabalho e de funções apropriadas a um momento particular da acumulação, por meio de inovações tecnológicas (telecomunicações, automóveis), a construção de uma infraestrutura física fixa (capital fixado na terra, no meio ambiente construído) e uma organização territorial primordialmente por meio do poder estatal de regular o dinheiro, a lei⁶ e a política (princípios assentados pelo Acordo de Vestfalia⁷).

Toda essa dinâmica não seria possível sem a infraestrutura territorial, ou seja, sem o aparato de estruturas físicas e organizacionais que compreende as atividades de energia, transporte e comunicações. Esses elementos estruturais garantem o fornecimento de insumos para as atividades produtivas e a distribuição de todos os bens e serviços necessários à economia. Contudo, como afirma Santos (2017, p 255) “A geografia dos fluxos depende, assim da geografia dos fixos”, dessa forma os fluxos estão encarnados nas estruturas materiais, os oleodutos, ferrovias e cabos de fibra ótica, que viabilizam seu transporte e articulam o território.

1.2 O imperativo da circulação

O imperativo da competitividade, que permeia o discurso e a ação dos governos e organismos transnacionais, se dá no contexto da aceleração contemporânea e não seria possível sem o progresso técnico da revolução técnico científica informacional. Dessa forma, a racionalização

⁶ "Paralelamente aos esforços com vistas a um acordo entre grandes potências, e contrastando com as anomias crescentes no interior das unidades políticas extraoccidentais, uma ordem mercantil parece estar a instaurar-se, fundada nas leis do mercado e em seu acompanhamento jurídico, a *lex mercatoria*, a saber, um conjunto de princípios gerais e de regras consuetudinárias elaboradas para as necessidades da troca económica internacional. A necessidade de estabelecer relações contratuais para lá das fronteiras gerou uma forma de regulação na qual se podem ver as premissas de certa ordem pública transnacional. Ao lado dos direitos nacionais e do direito público-internacional, os operadores privados - mais ou menos de acordo com o Estado - organizam o seu sistema de normas e o impõem progressivamente. Dois exemplos: os contratos económicos internacionais e as associações profissionais" (B. Badie & M. C. Smouts, 1992, p. 136 apud Santos, 2017, p. 229).

⁷ Um marco do estabelecimento do sistema internacional. Segundo Almeida (2002, p. 18) “a partir da paz de Vestfália, ao final das guerras de Religião (1648), quando são afirmados os princípios da soberania e da igualdade política entre os Estados reconhecidos como independentes pela ‘comunidade cristã de nações’”.

do espaço é necessária para a garantia da fluidez necessária aos agentes hegemônicos e geralmente o Estado é cooptado para dispor aos fluxos hegemônicos, destruindo e subordinando os hegemonizados. Por isso o Estado vê reduzida a sua ação e é enfraquecido para desimpedir a ação do mercado (SANTOS, 2013).

Santos (2017, p. 240) descreve como na globalização fica mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos:

“Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações.”.

Na economia mundial os espaços periféricos são integrados a fim de garantir a espoliação dos recursos naturais, bem como espaços de produção inicial dos produtos industriais ou na montagem final desses produtos (como *maquilas*⁸ ou zonas de processamento de exportação). Enquanto as cidades globais concentram a produção de tecnologia e inovação e dos bens mais sofisticados. (Barreda, 2004 apud Aguiar, 2017).

1.3 Fluxos de Investimento Externo Direto aprofundam a internacionalização

A efetivação dessa flexibilidade e da construção desse espaço racional das trocas se materializa através dos fluxos mundiais de investimento externo direto (IED). Desse modo, “o investimento externo direto refere-se a todo fluxo de capital estrangeiro destinado a uma empresa (residente) sobre a qual o estrangeiro (não-residente) exerce controle sobre a tomada de decisão” (GONÇALVES, 1999, p. 24).

Para Dicken (2010) o Investimento Externo Direto (IED) é uma medida das atividades das empresas transnacionais, importante, mas não engloba as estratégias cada vez mais diversificadas pelas quais estas empresas organizam suas teias de produção e comercialização.

O aumento da circulação de IED cresceu, significativamente, não apenas pela grande liquidez mundial, resultado dos petrodólares, mas também devido à era cibernética que permite a transmissão de informações em tempo real, impulsionando relações que ocorrem a todo momento.

⁸ O conceito de maquiladora refere-se à uma repartição da produção realizada por empresas transnacionais e suas plantas localizadas em outros países. Por sua vez, são responsáveis por uma ou mais etapas do processo produtivo, sendo majoritariamente intensivas em mão de obra, que se beneficiam com custos de produção mais baixos e mercados menos regulamentados nos países em desenvolvimento. Ele surge para identificar um tipo de indústria de montagem com características peculiares, mas que na realidade seu termo se refere a um programa de fomento de emprego que nasceu formalmente em 1965 na fronteira norte do México e foi exponenciada pela criação do NAFTA (CUNHA, R. 2003).

Quadro 1 - Comparação entre fluxos de IED, exportação mundial e vendas das subsidiárias de multinacionais (em US\$ constantes em 2016)

	1990	2005-2007 média anual	2014	2016	Variação entre 1990 e 2016 em %
Exportações totais mundiais	US\$ 7,98 trilhões	US\$ 17,88 trilhões	US\$ 24,22 trilhões	US\$ 20,4 trilhões	156 %
Fluxo de IED global	US\$ 370 bilhões	US\$ 1,7 trilhões	US\$ 1,36 trilhões	US\$ 1,75 trilhões	372 %
Vendas totais das filiais de empresas multinacionais	US\$ 9,19 trilhões	US\$ 23,89 trilhões	US\$ 34,42 trilhões	US\$ 37,57 trilhões	308,5 %
Exportações das filiais de empresas multinacionais	US\$ 2,59 trilhões	US\$ 5,95 trilhões	US\$ 8,07 trilhões	US\$ 6,81 trilhões	162,2 %

Fonte: Adaptado de SCHUTTE (2018) com base nos dados da UNCTAD (2017, p. 26).

Entre 1990 e 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 77,8% (de US\$ 42,33 trilhões para 75,259 trilhões em dólares constantes de 2016), já as exportações totais aumentaram 156% (quadro 1), em contrapartida o crescimento de fluxo de IED foi de 372% e o crescimento das vendas totais das filiais multinacionais para 308,5% (UNCTAD, 2017). Nesse ínterim, como característica da acumulação de capital, caminharam juntos a concentração e centralização de capitais, pela fusão de grandes grupos.

A centralização do dinheiro por meio do sistema de crédito é uma característica marcante e com diversas implicações para o curso do desenvolvimento capitalista. Porque, segundo Harvey (2011, p. 50), ela “dá a uma classe restrita de financistas um poder social imenso em relação aos produtores comerciantes, proprietários, desenvolvedores, trabalhadores

assalariados e consumidores”. E entre as instituições de crédito, a centralização de capital⁹ cria um risco potencializado de monopólio do setor por um punhado de entidades; desta forma, os Estados capitalistas têm legislado a favor da concorrência e regulado o poder dos monopólios, como a legislação antitruste nos EUA e a regras de concorrência da UE. Não obstante, diversos autores¹⁰ alertam para a emergência de um “capitalismo de Estado monopolista”, onde o conexão Estado-finanças é sujeitado pelo monopólio do crédito (Harvey, 2011, p. 51).

Chesnais (2000, p. 17) destaca o papel das instituições financeiras:

O “poder das finanças” foi construído sobre o endividamento dos governos, que permitiu a expansão ou, mesmo em países como a França, a ressurreição dos mercados financeiros. É uma das fontes da força econômica e política imensa adquirida pelas instituições financeiras que é comum a todos os países da OCDE, praticamente sem exceção. Ela repousa na sobreimposição do capital e das receitas elevadas e o financiamento para empréstimo junto aos mercados financeiros dos déficits orçamentais. Sob o efeito de taxas de juros superiores e mesmo muito superiores à inflação e ao crescimento do PIB, a dívida pública faz “bola de neve”. Ela é geradora em seguida de pressões fiscais altas sobre as receitas menos móveis e mais fracas, de austeridade orçamentária e de paralisia das despesas públicas. É ela, no decorrer desses últimos dez anos, que abriu a via para as privatizações.

Segundo Giovanni Arrighi, em *O longo século XX* (2012), há um claro padrão em que períodos de financeirização precedem uma mudança de hegemonia. A fim de acomodar a acumulação capitalista, a hegemonia se desloca no decorrer do tempo de agentes menores (por exemplo, Veneza) a outros maiores (por exemplo, os Países Baixos, Grã-Bretanha e Estados Unidos). A hegemonia, neste caso, pertence ao ente político que produz a maior parte do excedente (ou à qual grande parte do excedente flui na forma de tributos ou extrações imperialistas).

O IED personifica massas vultosas de dinheiro crescentes nos últimos anos (quadro 1 e 2; gráfico 1) que de forma despótica impõem-se sobre os territórios. Dessa forma, a acumulação de capital recondiciona os interesses estatais e os marcos regulatórios e burocráticos, integrando, de forma subordinada, as economias periféricas. Assim, reforça dependências e/ou espolia territórios e grupos sociais subalternos (PORTO-GONÇALVES, 2016).

⁹ “[...]uma concentração de capitais já formados, da supressão de sua autonomia particular, da expropriação de um capitalista por um outro, da transformação de uma série de pequenos capitais em alguns poucos maiores. (MARX: O Capital, livro I, t. IV, págs. 89-90)

¹⁰ Ver BRESSER-PEREIRA (2010), CHESNAIS (1996) e TAVARES (1997).

Quadro 2 - IED global 1980-2016 em US\$ constantes de 2018

Período	Média anual em US\$ convertidos em preços constantes de 2018
1980-1985	US\$ 147,6 bilhões
1986-1990	US\$ 324,8 bilhões
1991-1995	US\$ 389,5 bilhões
1996-2000	US\$ 1,204 trilhões
2001-2005	US\$ 972,4 bilhões
2006-2010	US\$ 1,770 trilhões
2011-2016	US\$ 1,708 trilhões

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTADstat; para a conversão em valores constantes: Bureau of Labor Statistics (<https://data.bls.gov/cgi-bin/cpicalc.pl>).

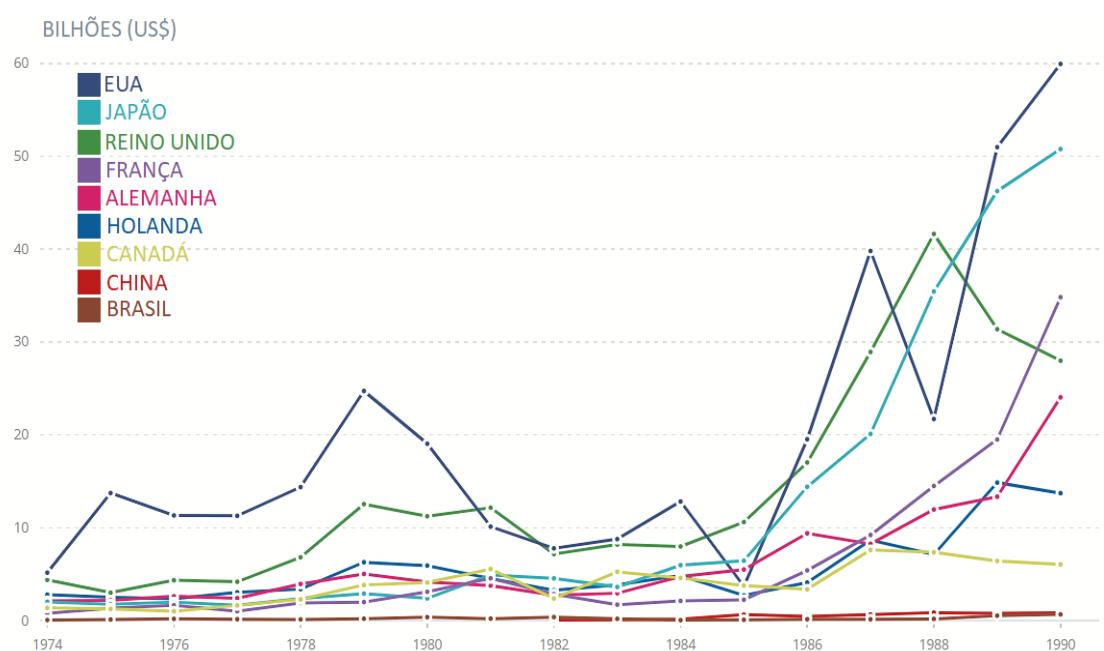
Thomas Friedman, autor do livro *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-First Century*, escreveu um artigo na revista NY Times, em 2005, com o seguinte título “*It's a Flat World, After All*¹¹”, nesta coluna ele defendeu a ideia principal de que as redes, a fibra ótica e a comunicação em massa, estariam colocando os jogadores (países e corporações) em pés de igualdade, num mesmo patamar, dando destaque para o outsourcing na Índia e do livre acesso de dados na rede de computadores, permitindo uma igualdade maior no que concerne às possibilidades educativas e de pesquisa. Milton Santos apresenta outra visão sobre a igualdade dos indivíduos e dos agentes, “as atividades hegemônicas tendem a uma centralização, consecutiva a uma centralização da economia, aumenta a inflexibilidade dos comportamentos, acarretando um mal-estar no corpo social” (SANTOS, 2006, p. 36).

¹¹ Disponível em <<https://www.nytimes.com/2005/04/03/magazine/its-a-flat-world-after-all.html>>. Acesso em 03/12/2018

Milton Santos, ao retratar o papel despótico do dinheiro, que assume também a forma de investimentos externos, destaca que a ditadura das finanças não se dá sem a ditadura da informação, a lógica do dinheiro se impõe ao resto da vida social, a partir da força do discurso único. “Assim, o dinheiro cria sua lei e a impõe aos outros, forçando mimetismos, adaptações, rendições, a partir de duas outras lógicas complementares: a das empresas e a dos governos mundiais.” (Santos, 1999, p. 11).

Nesse sentido, David Harvey propõe a utilização do termo desenvolvimento geográfico desigual¹², em oposição à “globalização” e seu poder homogeneizador, a fim de auxiliar o reconhecimento das condições desiguais, para formular questões e oferecer oportunidades de organização política e lidar com as tensões e desigualdades regionais.

Gráfico 1 - Investimentos Externos Diretos (saída), entre 1974 e 1990 (em US\$ bilhões)



(Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

<https://data.worldbank.org/indicator/BN.KLT.DINV.CD>

¹² Ver HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Trad.: A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004. p. 98)

Tabela 1 – Os maiores receptores de IED do mundo entre 1970-2017 (em milhões de dólares)

Países	1970	1980	1990	2000	2010	2017
EUA	1,260	16,918	48,422	314,007	198,049	275,381
China	-	57	3,487	40,715	114,734	136,320
Hong Kong	50	710	3,275	54,582	70,541	104,333
Brasil	392	1,910	989	32,779	83,749	62,713
Cingapura	93	1,236	5,575	14,752	57,460	62,006
Holanda	633	2,519	11,063	63,855	-7,184	57,957
França	621	3,328	16,520	27,497	13,890	49,795
Austrália	893	1,866	7,904	14,191	36,796	46,368
Índia	45	79	237	3,588	27,417	39,916
Alemanha*	-	-	2,962	198,279	65,643	34,726
México	312	2,099	2,633	18,247	27,319	29,695
Rússia**	-	-	-	2,651	31,668	25,284
Canadá	1,823	5,807	7,582	66,795	28,400	24,244
Indonésia	-	-	-	-	13,771	23,063
Itália	624	577	6,345	13,375	9,178	17,077
Reino Unido	1,488	10,123	30,461	115,304	58,200	15,090

Economias	3,766	7,393	34,649	231,581	628,480	670,658
Subdesenvolvidas						
Economias	9,491	46,976	170,195	1,121,10	679,764	712,383
Desenvolvidas						
Mundo	13,257	54,396	204,905	1,358,63	1,371,99	1,429,87

* Dados considerados a partir da unificação da Alemanha em 1989

** Dados considerados a partir de 1992 após dissolução da URSS em 1989

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da UNCTAD – Disponível em <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>

Os fluxos de investimentos, após a década de 1970, se dirigiam principalmente para as economias desenvolvidas (tabela 1). Em *O Novo mapa do Mundo*¹³, Sedi Hirano (1993) descreve o investimento externo realizado principalmente, pelos países de hegemonia econômica, como o Reino Unido, no século XIX. Em seguida, aponta que após a transição hegemônica a maior parte dos investimentos, durante a Pax americana, tenham-se dirigido para os países mais desenvolvidos, ampliando a desigualdade econômica entre Norte e Sul.

Como aponta Hirano (1993, p.34):

O capitalismo da Pax Americana, centrado na lógica da acumulação intensiva de capital e na divisão interindustrial do trabalho, provocou uma enorme concentração de investimentos estrangeiros diretos nos países mais desenvolvidos, provocando uma brutal concentração de capitais e renda. Em comparação com o capitalismo da Pax Britânica, o da Pax Americana substitui e transfere os investimentos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos em processo de transnacionalização da economia capitalista. (...) No capitalismo da Pax Americana, a relação dos investimentos estrangeiros direto se inverte. Aqui o capital procura os mercados onde a probabilidade de potenciar os lucros e a produtividade do capital é lógica e matematicamente maior, calibrando a sua racionalidade e diminuindo os riscos que poderiam advir do mercado sujeito às interferências políticas de países cujos regimes políticos são extremamente instáveis e irracionais graças a forte presença do patrimonialismo burocrático.

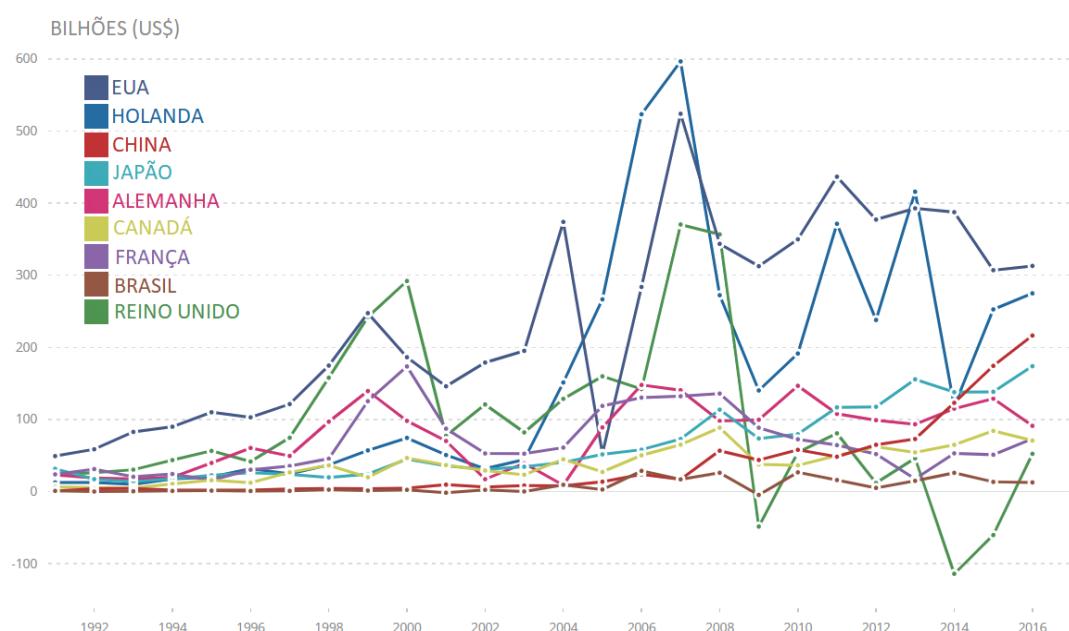
Acentua-se a passos largos a internacionalização dirigida pelas multinacionais e pelo fluxo de IED (quadros 1 e 2 e gráfico 1). Observa-se, a partir da década de 1980, como foi sendo reestruturada a organização do capitalismo global, impulsionada pela expansão das finanças, bem como do crescimento considerável dos IED. Cabe salientar que, em termos

¹³ HIRANO, S. América Latina no Contexto Mundial. In: Scarlato, F.C., Santos, M. Souza, M.A. de, Arroyo, M. (org.). *O novo mapa do mundo. Globalização e espaço latino-americano*. Hucitec-Anpur. São Paulo. 1993

relativos, a expansão dos IED superou inclusive as taxas de crescimento do comércio internacional do período.

Gráfico 2 - Investimentos Externos Diretos (saída), entre 1991 e 2016

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

<https://data.worldbank.org/indicator/BN.KLT.DINV.CD>

Associado à expansão dos fluxos de IED e fundamental para entender a dinâmica da globalização contemporânea, está o movimento do centro de gravidade da economia mundial para o Pacífico. Esse processo intensificou a demanda por infraestruturas e instrumentos técnicos que integrassem esse novo eixo da economia mundial (ARRIGHI, 2008).

Destaca-se o crescimento exponencial dos IED no século XXI (gráfico 2), eles fazem parecer irrelevante o montante da década de 1990. Entre 1990 e 2007, o investimento externo estadunidense cresceu 10 vezes o seu valor; também é significante o crescimento do investimento externo chinês, como política de internacionalização e consequência do dinamismo econômico asiático. Se considerados os valores de Hong Kong, a RPC se tornaria o segundo maior emissor de IED global.

As mudanças produzem consequências e contradições, entre elas, a dispersão e fragmentação geográfica dos sistemas de produção, da divisão do trabalho e da especialização de tarefas; a crescente centralização do poder corporativo, através de fusões, e da sua influência para controlar o espaço; a intensificação dos fluxos migratórios que resultou na grande

diversidade étnica, racial, religiosa e cultural; o ritmo acelerado da urbanização e as maciças concentrações espaciais; a mudança do papel do Estado "criar um clima favorável aos negócios" e a proliferação de instituições globais e blocos supranacionais (HARVEY, 2005, p. 94).

Conceitualmente, ele converge com os apontamentos de Milton Santos sobre as bases materiais do período atual: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta (SANTOS, 2006, p. 20) e os fenômenos desse novo momento histórico: a mistura de povo, raças e culturas; a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores; os atores hegemônicos produzindo a unicidade técnica e articulando as funções fragmentadas.

É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia. (SANTOS, 2006, p. 27).

Com a mais-valia global como motor único¹⁴ e a cognoscibilidade do planeta¹⁵ os agentes hegemônicos conduzem cada vez mais a instrumentalização do território e dessa forma, produzem uma seletividade espacial marcante na divisão territorial do trabalho, visto que mesmo entre regiões com virtualidades físicas idênticas, as regiões que estão mais bem equipadas cientificamente são capazes de oferecer uma melhor relação entre investimento e produto, devido ao just-in-time dos recursos matérias e humanos (SANTOS, 2017).

1.4 A infraestrutura no processo de acumulação capitalista

Como constituinte do processo da globalização, está a reorganização do espaço mundial e da necessidade de pensarmos a produção do espaço através da infraestrutura, que não é obra exclusiva da ação dos Estados Nacionais, mas também, e sobretudo, de forças sociais que operam em redes e fluxos globais, que no processo de acumulação capitalista, precisam impor

¹⁴ “Tudo o que o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas - e, por extensão os países, as sociedades e os homens - esteja fundado numa guerra sem quartel. Como esta é a lei da produção e da circulação das firmas globais, a cada momento a maior mais-valia está buscando ultrapassar a si mesma. Suprema essa mais valia tão fugaz não pode ser medida e, ao mesmo tempo, se torna a principal alavanca, senão o motor unitário, das ações mais características da economia globalizada.” (Santos, 2017, p. 212).

¹⁵ “As fotografias por satélite retratam a face do planeta em intervalos regulares, permitindo apreciar, de modo ritmado, a evolução das situações e, em muitos casos, até mesmo imaginar a sucessão dos eventos em períodos futuros. Os radares meteorológicos, cada vez mais poderosos e precisos, são colaboradores preciosos nessa tarefa, porque permitem que as previsões se realizem com intervalos ainda menores. Cientistas puros e aplicados valem-se desses instrumentos de acompanhamento e previsão para aperfeiçoar o conhecimento das leis da natureza física, antever o respectivo comportamento e, de posse dessas preciosas informações, alcançar uma implementação consequente das atividades económicas e sociais [...] O conhecimento exerce assim - e fortemente - seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem.” (Santos, 2017, p. 241-242).

seu tempo aos territórios estimulando a construção de grandes objetos técnicos para que o valor seja realizado e continue incessante a acumulação de capital. Como afirma Marx, sobre os transportes:

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devem uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. (MARX, 2011, p. 368)

A construção de uma ferrovia, a criação de indústrias pesadas ou a edificação de uma siderúrgica exigem um imenso gasto inicial de capital-dinheiro para sua realização e o tempo necessário entre o projeto e a conclusão pode ser substancial. Como afirma Harvey (2011, p. 49) “Só há relativamente pouco tempo, por exemplo, tornou-se possível a constituição de consórcios privados de capitais associados para realizar grandes projetos de infraestrutura, no lugar do Estado, como o Túnel da Mancha”.

Marx já preconizava o papel do crédito na infraestrutura, “O sistema de crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e o estabelecimento de um mercado mundial.” (Karl Marx 1988, p. 318). E é contemporâneo do seu tempo a emergência da moderna arquitetura financeira, o sistema de crédito, mobilizado em grande medida por grupos associados de capitalistas, as sociedades anônimas, comprometidos com a elaboração de longo prazo em infraestruturas físicas e urbanas. (HOBSBAWM, 2003).

Segundo Harvey (2011, p. 49): “a questão da organização, configuração e massa do capital-dinheiro disponível no ponto de partida da circulação nunca desaparece”. A construção das redes também obedece ao imperativo da circulação, para facilitar os fluxos de capital financeiro global das regiões de excedente até as regiões periféricas. Dessa necessidade, deriva uma longa história de inovações nos serviços financeiros, nas relações com o Estado Nacional e entre os Estados, como já foi discutido nas seções anteriores.

De acordo com Arroyo (2001), a circulação é uma das bases de diferenciação geográfica, por isso o interesse e a disputa dos territórios pela maior fluidez e, para que os fluxos se perpetuem, é necessária a criação de fixos produtivos, dentre eles os portos, aeroportos e ferrovias:

A base material que cria as condições para que as mercadorias circulem e, portanto, se formem os fluxos internacionais de comércio é formada por diversos sistemas de objetos de ordem técnica, cumprindo cada um deles uma função determinada, entre eles, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns etc. Os fluxos de mercadorias se organizam através de redes que, para multiplicar-se e intensificarse, dependem da eficácia desses fixos. Estes últimos são verdadeiros sistemas de engenharia que atuam de forma interdependente e que, por sua vez, acarretam uma divisão territorial do trabalho bem definida (ARROYO, 2001, p. 105).

Desde muito cedo os empreendimentos capitalistas se organizam em redes que interligam espaços muito distintos, as mercadorias viajam desde a Antiguidade longas distâncias, como se observa pela rota da seda, da China ao Ocidente e seu atual renascimento¹⁶. Harvey faz um breve relato dessa trajetória:

“Em alguns casos, as redes comerciais foram formalizadas, como aconteceu cedo, com a Liga Hanseática. Casas de negócios e comerciantes de várias cidades formaram uma rede solidária que ia do Báltico à Península Ibérica a partir do século XIII. Paralelamente, cresceram redes internacionais de casas de financiamento, os banqueiros de Augsburg e Nuremberg no século XVI ou, mais tarde, no século XIX, as grandes casas, como os Rothschilds, com seus diferentes ramos familiares, em Viena, Paris, Madri, Londres e Berlim. Hoje, a Goldman Sachs e o HSBC (“o banco local do mundo”) têm escritórios em todo o globo.” (Harvey, 2011, p.134).

Harvey (2004) descreve seu conceito de ajuste espacial, a partir da reorganização drástica da paisagem geográfica da produção, da distribuição e do consumo com as mudanças nas relações de espaço; a reorganização espacial está apoiada na tendência expansiva do capitalismo, a acumulação de capital, entendida mediante a teoria de Marx da queda tendencial da taxa de lucros que produz crises de superacumulação. Elas manifestam-se em excedentes de capital e de força de trabalho, sem que haja uma forma de coordená-los para realizar tarefas socialmente produtivas. Dessa forma, se não seguir a desvalorização (ou mesmo a destruição) de capital e de força de trabalho, somente a expansão geográfica e de organização do espaço podem absorver o excedente.

A infraestrutura territorial é capaz de absorver massivas quantidades de capital e de força de trabalho, para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo. A China tem mantido sua elevada taxa de crescimento econômico, mediante a absorção do seu excedente de mão de obra e de investimentos em infraestrutura, como das grandes hidrelétricas, a construção de ferrovias, rodovias, projetos de urbanização, que se proliferam pelo mundo todo, inclusive no Brasil (Harvey, 2004). Daí a necessidade de analisar os investimentos chineses em infraestrutura e energia no Brasil, para compreender os ajustes espaciais, a especialização das regiões e as consequências desses projetos e financiamentos realizados no país.

As corporações, os Estados, as organizações supranacionais e os blocos regionais são grandes promotores dos projetos de integração regional a partir de projetos de infraestrutura, que representam ganhos desiguais e contraditórios para a sociedade civil ao conformar a especialização dessas regiões como regra (Harvey, 2011).

¹⁶ Ver PAUTASSO, D. (2017).

Para Santos (2017, p.241) esse processo de especialização, na qual destinar áreas separadas onde a produção de certos produtos é mais vantajosa, aumenta a necessidade intercâmbio, que passam a ocorrer em espaços mais vastos, fenômeno que corresponde ao que Marx denominou “ampliação da área”, dessa forma:

“Como se produzem, cada vez mais, valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de mais circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Uma de suas consequências é, exatamente, o aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez, mais circulação. Esse círculo vicioso - ou virtuoso? - depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos.”

Compreende-se que a organização das redes e os arranjos e rearranjos espaciais são características inerentes à acumulação de capital. A produção capitalista do espaço envolve a produção de uma segunda natureza, a produção ativa de uma geografia própria, que como um empreendimento duradouro e, por vezes especulativo, demanda a conivência do Estado e/ou sua colaboração, sobretudo através das normas¹⁷.

¹⁷ Ricardo Mendes discorre em suas pesquisas sobre o planejamento territorial, no qual o direito é ferramenta reguladora do território: “Esse tipo de interação entre espaço geográfico e normas é reproduzido em várias modalidades e escalas distintas. Se tomarmos as infraestruturas nacionais, como o sistema viário ou o sistema energético, temos que a construção de tais sistemas técnicos parte das leis e, ao mesmo tempo, promove novas demandas por normatização, uma vez que, com a integração territorial, há uma consequente aceleração das trocas, exigindo regulação e padronização, realizadas sobretudo pelo direito comercial e fiscal”. (ANTAS JR, 2005, p. 69).

CAPÍTULO 2 - China, Brasil e a relação comercial sino-brasileira

2.1 China: Revolução, Reformas e Abertura

Mesmo uma breve historização do desenvolvimento chinês deve seguir alguns fatores. Como aponta Jabbour (2010), entre eles estão: a revolução socialista de 1949, que criou os meios políticos fundamentais ao rompimento dos anos de dominação estrangeira e dos tratados desiguais, em favor do desenvolvimento socialista e da utilização do planejamento econômico e da hegemonia estatal sob os setores estratégicos da economia, e assumiu o papel do planejamento econômico; os fatores naturais, entre eles a superabundância de recursos disponíveis no território de cerca de 9.000.000 km², e os fatores sociais, como a estrutura social estabelecida naquela região durante um processo de sedentarização de tribos nômades sobre extensos vales férteis datada de 5000 anos atrás, criando condições ao advento tanto de uma pequena produção camponesa quanto do desenvolvimento de um império centralizado, possibilitando, desde a Antiguidade (cerca de 2.500 anos atrás, momento de unificação da nação) “um acelerado e precoce processo de desenvolvimento das forças produtivas, surgimento de instituições estatais, do mercado e comércio interno e externo e milenar utilização de mecanismos de planejamento estatal” (JABBOUR, 2010, p. 49-50)

“Desde a formação do Império Chinês até a fundação da República Popular em 1949, o processo de substituição de dinastias é caracterizado pela erupção de revoltas camponesas” (JABBOUR, 2010, p. 50) A última delas levou o Partido Comunista da China ao poder em 1949. Dessa forma, há que se considerar que na formação da subjetividade chinesa são fundamentais bases filosóficas e éticas distintas do ocidente, o taoísmo, confucionismo e o budismo, quanto pelo próprio modo de produção surgido neste tipo de formação social: *o modo de produção asiático*¹⁸.

Há uma grande discussão sobre a natureza econômica da China - tanto nas academias mundo afora, quanto entre pesquisadores chineses - há tanto acadêmicos que a reconhecem como uma *economia de mercado*¹⁹, quanto os que a caracterizam como *socialismo com*

¹⁸ Para Marx, nas sociedades orientais a questão econômica central seria o provimento de obras públicas pelo Estado - com o apoio das massas camponesas - em grandes obras hidráulicas. O resultado da centralização de algumas funções econômicas pelo estado teria impulsionado o uso do trabalho em larga escala para a irrigação na agricultura. (JABBOUR, 2010). Nos *Grundrisse*, Marx destaca que o ponto característico nas sociedades orientais foi o sistema de propriedade estatal organizado por aldeias autossuficientes. Cf. Marx (2011)

¹⁹ Ver ARRIGHI (2008)

*características chinesas*²⁰, ou ainda aqueles que utilizam definição de Schumpeter de socialismo, que cabe muito bem nas características da economia chinesa²¹.

Essa discussão é fruto das reformas colocadas em prática por Deng Xiaoping, citando John K. Fairbank, sobre a modernização chinesa:

A economia dirigida da China pode passar para o livre mercado de bens, capitais, pessoas e até ideias? Se assim for, a ditadura do Partido sobreviverá? Um período de construção de ferrovias e cidades, típico do século XIX, coincide com o florescimento da tecnologia eletrônica pós-industrial. Questões do Renascimento e do Iluminismo do Ocidente competem com a revisão dos valores da própria China. A mudança é impetuosa: o desenvolvimento da China é forçado ao máximo. É difícil encontrar unidade entre teoria e prática de Wang Yang-ming, tão admirada desde o século XVI. Não admira que as reformas de Deng Xiaoping confundam a nós, assim como ao povo da China. (1989, p. 17 apud ARRIGHI, 2008, p. 19).

Deng fixou, em 1978, a nova linha diretora do Partido Comunista Chinês (*gaige yu kaifang*), que abrangiam duas grandes vertentes de mudanças capitais. A primeira, tratava-se de reformar as estruturas econômicas (generalização do sistema de exploração familiar das terras, desenvolvimento progressivo dos mecanismos de mercado) e institucionais (reforços das instâncias estatais), de estabelecer a legalidade socialista, de libertar e reabilitar os presos vítimas das campanhas maoístas e de pôr fim aos movimentos de massas. A segunda, iniciava-se uma abertura ideológica, ou seja, uma liberalização política relativa e a abertura ao exterior, que conduziram a China à um desenvolvimento acelerado das relações econômicas e comerciais com o Japão e o ocidente e à entrada de investimentos provenientes, sobretudo do Sudeste Asiático e posteriormente do ocidente (SANJUAN, 2009).

A atração de IED era considerada fundamental, para modernizar a economia chinesa pela abertura promovida por Deng, a partir de 1979. Além do financiamento externo, as políticas econômicas de estímulo para que as multinacionais migrassem para a região e realizassem a produção, também eram consideradas cruciais para o incremento tecnológico e elevação da produtividade. O objetivo era acelerar a modernização econômica da China, graças aos capitais e às técnicas modernas de produção e gestão estrangeira. Para atrair os investidores, concedem-se vantagens fiscais, como as reduções do imposto sobre os lucros e isenção de direitos alfandegários sobre algumas importações. As Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) criadas para receber esses investimentos, e depois as zonas costeiras abertas passaram a

²⁰ Segundo Jabbour, (2010, p. 20) “O caráter socialista de uma *formação social complexa* não reside no tamanho e na extensão da propriedade privada e sim no que é dominante: caráter de classe do poder político, o controle dos meios estratégicos de produção e a detenção dos instrumentos estratégicos do processo de acumulação (câmbio, crédito, juros e sistema financeiro), além do monopólio sobre o comércio exterior”.

²¹ Ver BURLAMAQUI (2015). Para SCHUMPETER, (1961, p. 168) “Por sociedade socialista designaremos um conjunto institucional no qual o controle sobre os meios e sobre a própria produção está concentrado em uma autoridade central, ou, como poderíamos dizer também, no qual, por uma questão de princípios, os assuntos econômicos da sociedade pertencem à esfera pública e não à privada”.

concentrar os IED, tendo acumulado 85% desses investimentos, ao final dos anos 1990²². Para superar esse desequilíbrio, o governo decidiu abrir as províncias do interior ao IED. (Sanjuan, 2009)

Até 2001, os investimentos estrangeiros foram canalizados para as indústrias exportadoras, os setores de novas tecnologias e aqueles cuja produção iria diminuir as necessidades de importação (indústria automobilística, por exemplo). A partir da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), os serviços (comércio, telecomunicações, banco e seguros) foram abertos aos IED. Entre, 1980 e 2004, mais da metade dos investimentos estrangeiros foram para a indústria, o setor imobiliário absorveu, ao menos um quinto. A maioria desses investimentos foram realizados por países asiáticos, sobretudo Hong Kong. Nesse ínterim, os investidores asiáticos privilegiaram a produção voltada para exportação, aproveitando os baixos salários na China para ganhar competitividade nos mercados mundiais, os investidores estadunidenses e europeus focaram o mercado interno chinês (Sanjuan, 2009).

A política de industrialização, após reformas, impulsionou um crescimento dinâmico, por meio da realocação dos fatores de baixa produtividade para os de alta produtividade, dado que o setor industrial comporta o maior potencial de incrementos de produtividade. Assim, ocorreu que as indústrias mais dinâmicas possibilitaram *spillovers* tecnológicos para outras empresas e ampliaram a divisão social do trabalho. A partir dos Planos Quinquenais, a China optou por formular uma política industrial de longo prazo, gradual e orientada para o desenvolvimento de setores considerados chave, como os de alta tecnologia e os intensivos em capitais, importantes para adicionar e avançar nas cadeias de valor.

Como parte do programa de modernização e industrialização, foram criadas nos anos 1980 as primeiras quatro ZEE's, todas no Litoral Sul – região escolhida pela facilidade logística e pela proximidade com Hong Kong. Estas ZEEs receberam diferentes incentivos, como isenções fiscais, que estimulavam a instalação de indústrias nesses locais. O sucesso das ZEEs estimulou o governo chinês a criar outras 14, também no litoral, aproximadamente uma década mais tarde da criação das quatro primeiras.

Essa zona comercial inaugura um sistema de comércio exterior descentralizado, dinâmico e projetado de forma eficaz, de modo que, poucas décadas depois, a China se estabelece como o maior país exportador, superando grandes polos comerciais tradicionais, como o alemão, e alterando também o perfil do próprio produto chinês: de produtos finais pouco confiáveis em termos qualitativos, de teor tecnológico e de originalidade, a alta relevância dos

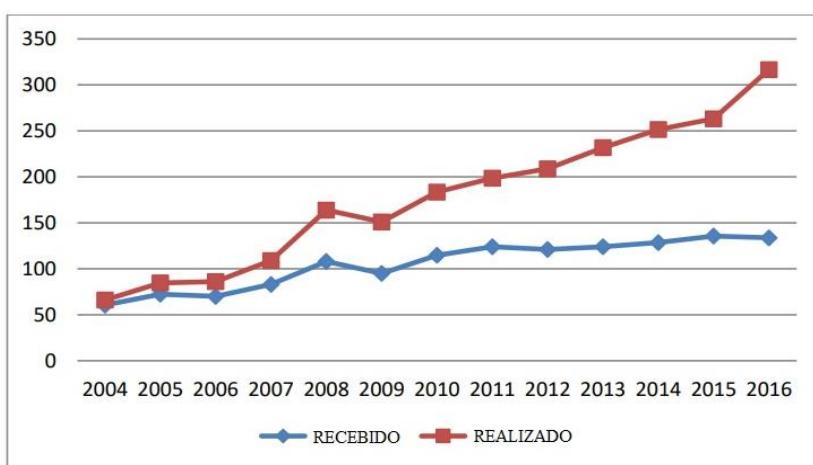
²² Ver Anexo

mesmos transformou sua produção, já agora mais evoluída e de qualidade confiável nos mercados externos, ao passo que produtos de base, como mão de obra, recursos naturais e matérias primas reduziram sua participação no comércio.

Após a abertura aos investimentos houve uma entrada massiva de IED principalmente, sobretudo para as regiões litorâneas, criando uma disparidade regional que até hoje a China busca atenuar²³. Os lugares que possuem maior densidade de tecnologia, onde se processa a mundialização propriamente dita incluem as quatro grandes metrópoles litorâneas (Xangai, Tianji, Hong Kong e Pequim), bem como as províncias que se lançaram mais rapidamente nas reformas econômicas e abertura (Guandong, Jiangu e Zhejiang). As bordas em vias de integração são as províncias litorâneas que também estão muito inclusas no sistema econômico mundial, contudo são polarizadas por outras metrópoles dominantes, estão encravadas nas montanhas (Fujian) ou ilhadas (Hainan), ou se lançaram tardivamente nas reformas (Shandong, Liaoling) (Jabbour, 2010).

Enquanto havia abundância de investimentos externos, permaneciam muito baixos os volumes de investimentos exportados e as empresas estavam sujeitas a restrições de realizações de IED por parte do governo. Até que, em 2004, a RPC anuncia uma nova política conhecida como *going global*²⁴, quando o presidente Wen Jiabao declara no congresso a necessidade de “acelerar a implementação desta política e guiar os investimentos para o exterior” (SCHUTTE, 2017). Desde 2004, foi ampliado o IED exportado pela China (gráfico 3)

Gráfico 3 - Fluxos de entrada e saída de IED na China (em US\$ bilhões)



Fonte: Unctad (2017), adaptado de SCHUTTE (2018).

²³ Ver Anexo

²⁴ Uma política de incentivos ao investimento externo inserida na estratégia de desenvolvimento do Décimo Plano Quinquenal entre 2001 e 2005 (ALVES, 2014, p. 353). Por sua vez, ela tem como objetivo a inserção competitiva das empresas chinesas no mercado global, visando principalmente dar apoio a empresas de exploração de recursos naturais escassos em seu território.

2.2 Crescimento e comércio Exterior da China nos últimos trinta anos

Nos últimos trinta anos, a China vem se destacando no cenário mundial com um crescimento notável, de modo a se sobressair até mesmo dentre os países asiáticos mais proeminentes no mesmo período, como Coréia do Sul, Índia, Singapura e Tailândia; O crescimento do PIB chinês num período de 1980 a meados de 2012, de 1,9% do PIB mundial para 11,8%, evidencia essa rápida escalada na participação dessa economia em números globais, ultrapassando outras economias anteriormente tão importantes como a própria China no cenário atual. Seu crescimento não vem sozinho: é tanto fator como produto na equação do crescimento geral das nações emergentes, que duplicaram sua participação no PIB global no mesmo intervalo de tempo, de 23,6% para 50,2%.

Jabbour ressalta alguns dos fatores que contribuíram para a conjuntura econômica favorável a China:

Na China houve planejamento equilibrado entre construções de infraestruturas gigantescas desde os anos 1990, importações de equipamentos e implantações recentes de indústria mecânica pesada de ponta, em joint-ventures com multinacionais do ramo (Siemens, Alston, GE etc). Assim, à medida que foi criando — a partir dos inícios modestos das primeiras ZEE's — novos pólos regionais industriais espalhados por toda a China, a preocupação por interligações em transportes e suprimentos energéticos em escala gigantesca tornou-se crucial (JABBOUR, 2006, p. 9).

Concentrando não apenas as relações comerciais a países circunvizinhos, a China logo expande o seu mercado para além-mar; devido à industrialização massiva do país, logo essa nação conquista importantes índices na participação de outros países e regiões na sua economia. Uma série de medidas tomadas permite a criação dessas relações comerciais. Por meio de reduções tarifárias e concessões para operações de comércio exterior, o governo investe na construção de um comércio mais consolidado de duas maneiras: a primeira, centralizada em empresas estatais, e a segunda apoiada na entrada de capital estrangeiro — trabalhados de forma a alcançar simultaneamente esses objetivos (ACIOLY; LEÃO, 2010). A própria abertura comercial permitiu seu crescimento, já que propiciou uma evolução tecnológica na industrialização e na modernização das relações comerciais dos chineses.

Por outro lado, a expansão das exportações chinesas foi acompanhada por uma expansão proporcional no nível de importações, sendo que entre os anos 1980-89 o crescimento anual das importações foi 1,6%, nos anos 1990-99 foi de 2,6%, entre 2000-09, de 7,2% e, entre os anos 2010-12, de 9,8%. A elevação das importações chinesas decorre, entre outros fatores, do aumento das compras de bens primários, de produtos de base. Alguns fatores internos

determinantes para explicar o boom da demanda chinesa por commodities agrícolas e metálicas são: 1) a acelerada industrialização do País, decorrente da abertura comercial e dos incentivos do governo. Dentre os componentes dessa industrialização, o número de indústrias dos setores automotivo, metalúrgico e de construção civil alavancou as importações de commodities metálicas; 2) o crescimento populacional e a escassez de terra levaram à aquisição de commodities agrícolas para suprir, especialmente, as necessidades de alimentação da população. Além disso, com a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o mesmo assumiu compromissos de reduzir barreiras tarifárias e de aumentar suas quotas de importação de bens agrícolas, óleos vegetais e alimentos processados, ferro e aço, favorecendo ainda mais o fluxo comercial nesse sentido. Semelhante às exportações, as importações da China tem origem nos países vizinhos da Ásia e nos Estados Unidos. A China figura como o principal exportador mundial e o segundo maior importador, após os Estados Unidos. Analisando as mudanças promovidas pela China nos anos recentes, nota-se que o País desempenhou o papel de “duplo polo” na economia internacional (MEDEIROS, 2010). O país exerce um papel protagonista específico no cenário econômico e comercial: em um dos polos, o país é fabricante de produtos de tecnologia da informação e bens de consumo industriais, sendo o maior produtor de manufaturas intensivas em mão de obra e exportador líquido para os Estados Unidos (EUA). Por outro lado, é mercado importador massivo de máquinas e equipamentos e, sobretudo, commodities, sendo importador líquido de regiões como África, Ásia e América Latina.

Logo, o rápido e significativo crescimento chinês nas relações comerciais internacionais, causados pela exteriorização da economia chinesa, resultou em significativas mudanças nos preços internacionais dos produtos e na pauta de importações, gerando uma nova dinâmica no comércio mundial. Essa transformação produziu impactos significativos sobre a estrutura tecnoprodutiva chinesa produtiva e na mudança do panorama anterior de importações e exportações referente ao padrão dos produtos. Conforme afirma. NONNENBERG (2010), no artigo: *China: Estabilidade e crescimento econômico*, há evidências de que a expansão da presença chinesa no comércio mundial vem sendo acompanhada de uma substancial mudança na composição setorial (grandes setores e/ou grupos de produtos) e fatorial (intensidade tecnológica) das exportações, o que exige profundas modificações na base produtiva do País, bem como na estrutura produtiva.

2.3 O papel da China no comércio e nas finanças mundiais

Para exemplificar o processo de inserção externa chinesa, que objetiva alavancar o papel do país no comércio e nas finanças mundiais, destacamos duas estratégias:

1. A criação de bancos comerciais e de investimento em infraestrutura; como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS (restrito aos países do bloco nos dois primeiros anos e aberto, posteriormente, a outros países em desenvolvimento) e o lançamento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank*)²⁵ ambos com US\$ 100 bilhões de capital. (Burlamaqui, 2015)
2. A construção de megaprojetos²⁶ de infraestrutura transnacional; tal qual o projeto, elaborado em 2014, de construção do Canal Interoceânico da Nicarágua (para superar o gargalo do Canal do Panamá, oferecer mais agilidade e suportar embarcações maiores), o Cinturão Econômico da Rota da Seda, anunciado em 2013, na busca de construir uma infraestrutura de grande escala de corredores comerciais - mediante uma malha ampliada de trens de alta velocidade, estradas, redes elétricas, cabos de fibra ótica e sistemas de telecomunicações, oleodutos, gasodutos etc - em toda a Eurásia²⁷. Também há outros projetos em andamento ou concluídos; como a autoestrada que ligará a província de Yunnan até Bangkok, atravessando Laos, para estabelecer a influência chinesa na bacia do Grande Mekong, onde são realizados diversos investimentos em infraestrutura, imóveis e agricultura; ou no corredor entre China-Mianmar-Bangladesh-Índia, composto por autoestradas e outras infraestruturas e ainda um oleoduto e gasoduto que já ligam Kunming a Kyaukphyu, no litoral de Mianmar (baía de Bengala), dessa forma a China expande sua influência sobre o Oceano Índico. Essa estratégia de aprofundamento da integração física com os países

²⁵ Criado em outubro de 2014 e sediado em Pequim, o banco intergovernamental também terá capital de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 29,8 bilhões serão subscritos pela China, US\$ 8,4 bilhões pela Índia e US\$ 6,5 bilhões. (CINTRA, Marcos A. M.; SILVA Filho, Edison B.; PINTO, Eduardo C. (Orgs.), 2015).

²⁶ No campo da Gestão, a literatura acadêmica utiliza a convenção de que megaprojetos são aqueles com custo superior a 1 bilhão de dólares (Flyveberg, 2014).

²⁷ “Trata-se de articular, sobretudo, três cinturões (rodoviário, ferroviário e marítimo) que ligarão a China à Europa, passando por 21 países e ampliando as conexões com as economias do Leste da Ásia, do Sul da Ásia, da Ásia Central e do Golfo Pérsico. Os portos construídos no Leste da Ásia e no Oceano Índico (Bangladesh, Sri Lanka, Mianmar e Paquistão) serviriam para impulsionar o comércio por mar, bem como desenvolver rotas alternativas ao estreito de Malaca e ao conflitivo Mar do Sul da China” (CINTRA, Marcos A. M.; SILVA Filho, Edison B.; PINTO, Eduardo C. (Orgs.), 2015, p. 24)

fronteiriços, relativamente subdesenvolvidos, cria novas redes de comércio, e abre “novas rotas de trânsito para suas exportações de bens e serviços, sobretudo, para as empresas estatais de cimento, aço, navios, guindastes e equipamento pesado de construção, as quais enfrentam elevada capacidade produtiva ociosa”. (CINTRA, Marcos A. M.; SILVA Filho, Edison B.; PINTO, Eduardo C. (Orgs.), 2015, p. 26).

2.4 Demanda energética e recursos naturais: necessidades de uma indústria chinesa em crescimento

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), a China é hoje o maior consumidor de energia do mundo, ao representar 23% do consumo global, desde 2013, superando os EUA, que estavam no posto por pelo menos um século. Ademais, a RPC, figura como principal produtor de energia, com 19% da produção global. Na sua matriz energética há uma significativa participação de energias fósseis, embora as fontes de energia renovável representem menos de 10% de sua energia produzida (excluindo as hidrelétricas), a China atualmente é o país com maior aporte de investimentos em energia limpa do mundo, ultrapassando os Estados Unidos, investindo na instalação de matriz diversificada ela compromete-se em ampliar a proporção de fontes de energia renováveis.

A economia chinesa manteve média de crescimento de 10% ao ano, desde os anos 1980, duplicando o produto interno bruto (PIB) a cada sete anos. Aumentou sua participação no PIB global de aproximadamente 2,5%, em 1995; e 12%, em 2013; para 14,8%, em 2015. Segundo a AIE, desde 2012, a China é o país com a maior capacidade instalada de geração elétrica, 21% da capacidade global, com 70% de sua rede construída há menos de 15 anos.

É preciso destacar que o arranjo institucional para a formulação da política energética chinesa é resultado da escassez energética enfrentada entre as décadas de 1980 e 1990, quando a demanda nacional crescia mais que a oferta, provocando um gargalo econômico. O governo que possuía um sistema político marcado pela multiplicidade de atores e instituições não conseguia superar a soma de planos industriais isolados. O fim do ministério da indústria de petróleo e petroquímica e a criação da China Nacional Petroleum Corporation (CNPC) e a Sinopec não superaram o problema da competição burocrática. (SANTANA, 2015).

De acordo com Santana (2015, p. 231-232), o governo conseguiu reduzir a intensidade energética em 19% entre 2006 e 2010 e se tornou um dos países que mais investem na diversificação das fontes de energia, a partir do momento que:

[...] o governo chinês incorporou ao XI Plano Quinquenal um conjunto de diretrizes parcialmente bem-sucedidas: i) diversificação das fontes de energia; ii) reforço das fontes de oferta de gás e petróleo existentes e diversificação das rotas de importação; iii) aumento da prospecção de novos campos domésticos de petróleo, associada à cooperação internacional no offshore; e iv) elevação das reservas estratégicas de petróleo. Ao lado destas diretrizes gerais, o governo chinês estabeleceu uma meta específica de redução da intensidade energética, por meio da modernização tecnológica do parque industrial e de novos mecanismos para aumentar a produtividade da principal matéria-prima para geração de energia elétrica: o carvão.

Primeiro produtor e consumidor mundial de carvão, a China é também o país que mais depende dele em todo o mundo. O carvão corresponde a 63% (contra 95% nos anos 1950) da sua oferta de energia primária total (Ver anexo - quadro 1). O petróleo, segunda fonte energética, satisfazia 18% das necessidades de energia primária do país. Registra, contudo, uma crescente dependência energética, e procura garantir a segurança das suas provisões, diversificando-as.

A ambição da China na indústria de gás é tornar-se um verdadeiro interventor em nível mundial, interligado e integrado em termos de cargas de alimentação de gás natural e de gás líquido natural, tanto no cenário nacional como internacional, e com relação aos gasodutos e jazidas de gás. Também vem aumentando cada vez mais a participação da energia nuclear em sua matriz e projeta aumentos nesse setor²⁸.

A RPC possui também, reservas consideráveis de minerais metálicos. Segundo Sanjuan (Org). (2009, p.195) ela é um dos principais produtores de alumínio, (50% da produção mundial estimada²⁹), de cobre (10%), de zinco (22%), de chumbo (19%) e de estanho (29%). Contudo, suas produções são frequentemente inferiores às necessidades de uma indústria em acelerado crescimento (quadro 3). Suas importações de alumínio, de cobre, de zinco, de níquel e de minério de ferro têm um impacto importante no equilíbrio dos mercados mundiais à elevação dos preços.

²⁸ Ver Anexo

²⁹ Dados do U.S. Geological Survey, Mineral Commodity Summaries, January 2018.

Quadro 3 – Principais indicadores energéticos chineses entre 2005 e 2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB PPP (US\$ bilhões de 2005)	5.364,25	6.045,51	6.903,97	7.566,76	8.262,90	9.122,24	9.970,61
Produção de energia (MTOE)	1.701,39	1.813,58	1.915,24	1.995,44	2.092,90	2.262,04	2.432,50
Importações líquidas (MTOE)	100,12	135,88	166,75	184,70	274,92	335,18	378,62
Consumo de eletricidade (TWh)	2.325,67	2.677,06	3.071,02	3.255,40	3.504,84	3.937,79	4.432,90
Emissões de CO ₂ (Mt de CO ₂)	5.403,10	5.913,50	6.316,44	6.489,98	6.792,86	7.252,63	7.954,55
Oferta de energia primária total (MTOE)	1.775,68	1.938,94	2.044,61	2.120,81	2.286,14	2.516,73	2.727,73
Consumo de energia/população (MWh per capita)	1,78	2,04	2,33	2,46	2,63	2,94	3,30

Fonte: adaptado de Santana (2015).

2.5 Brasil: A inserção brasileira no capitalismo financeiro

Trazendo um breve histórico da questão da internacionalização da economia Brasil, Benakouche (1982, p. 60) nos traz, uma periodização dos ciclos econômicos no país, de forma que:

A dimensão internacional da economia brasileira é um fator constitutivo de sua história, a partir do seu regime colonial. A participação do capital estrangeiro foi significativa nos diversos ciclos econômicos – açúcar (1530-1650), ouro (1700-1780), café (1840-1930); ela passou de 190 milhões de dólares em 1880 para 1,9 bilhão em 1914, 2,6 bilhões em 1930. [...] Essa dimensão internacional teve uma importância menor durante todo o período 1930-1945, único período, aliás, durante o qual o capital estrangeiro foi secundário em relação ao capital nacional. Isso se explica certamente pela grande crise de 1929. [...] No entanto, a partir de 1964, o capital estrangeiro voltou a marcar fortemente sua presença na economia brasileira.

Segundo Singer (2001, p. 80), o Brasil estava fadado à inserção, tal que:

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguiu as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povoaréu primitivo e miserável. Junto com perfumes, jóias, roupas e calçados, livros e revistas, bengalas e caixas de rapé. Vinham as idéias e os ideais. Infelizmente (como bem observou Roberto Schwarz) ‘fora do lugar’ numa sociedade escravocrata. E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infra-estrutura de serviços urbanos, de energia, transporte e comunicações.

O pós-guerra marcou no país o aprofundamento da divisão social do trabalho devido à industrialização. O dinamismo e a expansão econômica tinham a indústria como motor da sua extensão. Os esforços do período Vargas haviam porém se dado, desprovidos de uma base industrial prévia considerável, de um maquinário que pudesse dar cabo da produtividade

acelerada. Dentro dos projetos prioritários de Vargas, na década de 1950, estavam a expansão da indústria de base, especialmente a siderurgia, a fabricação de caminhões e tratores, que se daria, por meio de acordo entre a Fábrica Nacional de Motores e outras multinacionais.

O programa de Vargas também propunha a criação de empresas estatais, como a prospecção e exploração de petróleo e produção de eletricidade. Segundo Schwarcz (2015, p. 403), o “governo Vargas pôs em cena pela primeira vez, de forma nítida, o embate entre projetos distintos de modernização do país - o seu, de teor nacionalista, e o de seus opositores, favoráveis à associação com o capital internacional.” O ressentimento dos grupos estrangeiros, proprietários de terras e militares se vingou, quase uma década depois, com a ditadura militar.

Foi com Juscelino Kubitschek, através do Plano de Metas³⁰, que se deu a superação do impasse da industrialização. Foram necessárias profundas transformações para superar a ausência da base industrial; esse período ficou conhecido como núcleo duro da industrialização. O Estado e o capital estrangeiro manifestaram nesse processo, as principais forças investidoras. Os esforços de Juscelino - fazer o país avançar “cinquenta anos em cinco, a construção de Brasília e de rodovias para retomar o espírito da Marcha para o Oeste - e o processo de importação de tecnologia em processos industriais, maquinário e equipamentos potencializaram a produtividade, a exploração do trabalho e assim a acumulação de capital.

O Estado assumiu desta forma um novo papel, de investidor nos setores produtivos, buscando assegurar, sobretudo, as premissas da segurança nacional. E através de um processo de socialização das perdas, o Estado que atraia capitais estrangeiros (dinheiro aplicado na produção e retirado dos setores sociais, que fomentaram dívidas pagas pela sociedade) assumiu o papel de mediador entre as forças sociais, e passou a ser um estado empreendedor, produtor de mercadorias e serviços. As consequências da internacionalização da economia brasileira foram; o aumento das oportunidades com que as empresas de capital estrangeiro assumiram o controle dos setores de desenvolvimento econômico do país, a elevação dos déficits da balança de pagamentos e a elevação da inflação. Schwarcz (2015, p. 423) aponta os limites do projeto de desenvolvimento de Juscelino:

JK apresentou aos brasileiros o Plano de Metas como o mais ambicioso projeto de modernização da história do país - e era mesmo. O gargalo, contudo, não estava na ambição do moderno, mas na estratégia adotada por Juscelino ao tentar implantar um projeto dessa magnitude sem alterar as bases da desigualdade política e social. E também nesse caso, um bocado de improvisação sustentava sua estratégia.

³⁰ Como afirma Schwarcz (2015, p. 416) “O Plano de metas definiu 31 objetivos com enfoque privilegiado em quatro pontos. Na primeira prioridade, o governo previa alocar investimentos para o setor de transportes, em especial o rodoviário, e incentivar a indústria automobilística - as outras três prioridades canalizavam recursos em energia, indústria pesada e alimentos.”

A questão agrária ficou na retórica no governo de JK, e só retornou a discussão nas reformas de base de João Goulart. Contudo, a Reforma Agrária, a nacionalização do petróleo, o projeto nacional-desenvolvimentista foram substituídos por um projeto de aprofundamento da associação com o capital internacional, a partir do Golpe Militar em 1964.

Na esteira da ofensiva do capitalismo internacional, os grupos financeiros e os oligopólios, engendraram a expansão da economia. Os primeiros buscavam aplicações para a abundância de liquidez proporcionada pelos petrodólares e outras fontes de capitais disponíveis no pós-guerra. Os segundos, em busca de construir ou expandir os negócios, muito imediatos em países, onde havia pouca concorrência e o capitalismo ainda não havia progredido como nos velhos centros. No Brasil, esses negócios ofereciam ótimas perspectivas e com garantias. A começar pela abundância de mão de obra de baixo custo e sem as indesejáveis exigências e garantias do trabalho, que se tornaram aos capitalistas incômodas e onerosas até reorganizarem a produção em outras regiões. Também havia um punhado de consumidores desejosos de imitar os padrões de consumo da sociedade norte-americana e europeia.

Nessa conjuntura, fluíram capitais e novas tecnologias para o Brasil e outros países não desenvolvidos, impulsionando a industrialização dos respectivos. O surto industrial brasileiro correspondeu às décadas de 1960 e 1970, quando se deu no país um “milagroso” crescimento econômico. O Brasil, procurava dessa forma facilitar, acomodar e privilegiar sempre que possível a entrada do investimento estrangeiro no país. Um dos setores mais privilegiados era o automobilístico. Por trás do aumento da produção e das exportações no período do milagre econômico, que elevou em muitas vezes as taxas de lucro, estava um regime de arrocho salarial a que foram submetidos os trabalhadores, que contribuía para a desigualdade de renda no país e para a permanência de muitos brasileiros na linha da miséria.

Singer, (2001, p. 111) destaca como a:

Audaz política automobilística, inaugurada pelo Brasil na década de 1950, e depois imitado por outros países, as multinacionais investiram em alguns países periféricos, com o intuito de produzir para os seus mercados internos. Isso lhes permitiu algumas décadas mais tarde, transformar alguns desses países em plataformas de exportação à seus países de origem e a outros do primeiro Mundo.

Para facilitar a entrada de capitais externos no país, em 1964, foi aprovada a Lei nº 4390, que alterava artigos da Lei nº 4131, onde o investimento externo passa a ser “tratado” da mesma forma que o capital nacional, conforme afirma Gonçalves (1999, p. 60-61).

Ambos os instrumentos legais foram regulamentados pelo Ato Executivo nº 55762 (fevereiro de 1965) e vigoram até hoje, somente tendo sofrido alterações mais significativas nos anos 90 (Lei nº 8383 de dezembro de 1991 e reforma constitucional de 1995) [...]. O princípio básico dessa legislação é que o investidor externo recebe tratamento nacional, isto é, o capital externo tem tratamento idêntico àquele que é dado ao capital nacional.

Já na década de 1970, conforme Gonçalves (1999), a economia brasileira tinha um dos graus mais elevados de internacionalização da produção no mundo. Contudo, o panorama da redução das taxas de crescimento e principalmente com a dívida externa nos anos 1980, como traz Gonçalves (1999, p. 67):

As ECE reduziram, significativamente seus investimentos no Brasil na década perdida, com a crise da dívida externa nos anos 80. [...] No contexto de profunda e longa crise econômica, houve desaceleração do crescimento do estoque de capital estrangeiro ao longo da década perdida.

Com o choque do petróleo (1973), porém os países que não produziam petróleo em grande escala, como o Brasil e outros NICs, foram mais afetados pela crise. Faltou ao país os recursos necessários de crédito que estavam assegurando o desenrolar das atividades econômicas e a industrialização. A crise se aprofundou no país com o crescimento do déficit externo, os índices de crescimento econômicos diminuíram, muito distantes da época de crescimento entre 60 e 70. Assim, crescia a participação da dívida e sua participação no percentual no Produto Nacional Bruto; segundo Oliveira (2014) o pagamento do serviço da dívida externa comprometia mais de um terço do Produto Nacional Bruto (PNB) no fim da década de 1990.

Como afirma Paulani (2012, p. 91-92), nesse período o Brasil foi, assim como as economias periféricas industrializadas, vitimada pela vertiginosa financeirização do capitalismo mundial.

Com a crise do petróleo deflagrada ao final de 1973 e com a opção pelo endividamento externo que aí se gerou, o potencial inflacionário do arranjo brasileiro assentado nos mecanismos de indexação tornou-se ato. O segundo choque do petróleo e o chamado choque dos juros, ambos deflagrados em 1979, abriram um período de 15 anos de elevadíssima inflação que só encontraria término depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994. Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar por suas próprias forças os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos US\$ 140 bilhões a título de juros, mais US\$ 180 bilhões em amortizações.

Não conseguindo levar a cabo o crescimento industrial de ponta, o Brasil se encontraria, com uma indústria de bens de consumo durável substitutiva de importações, sem infraestrutura considerável e dependente da importação, na falta de sua elaboração nacional, de seus insumos básicos e da tecnologia utilizada. De tal modo que, como afirma Oliveira (2014, p. 297) o país possuía “pouco ou quase nada de um modesto fim de linha de estruturas implantadas no país”.

No início da política de neoliberalismo, segundo Videira (2009, p. 52), o Brasil:

Aderiu à economia global mais ou menos na época em que o ex-presidente Fernando Collor de Mello anunciava o fim da economia protecionista brasileira. Portanto é na década de 1990 que o tema passou a ocupar uma posição central no debate brasileiro.

A isso, seguiram-se privatizações, desregulamentação e um acesso facilitado à rede de comunicações global.

Na década de 1990, as elites hegemônicas se rearticularam e buscaram impor ao país outro “modelo de desenvolvimento”, o governo brasileiro assumiu a receita, passou a adotar as teses do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com elas a recessão econômica, o desemprego generalizado e o arrocho salarial. Em nome da modernidade, o governo Collor se tornou agente central da receita neoliberal, passou a impor austeridade e uma agenda de privatização das empresas estatais que foi continuado no governo Fernando Henrique. Assim, foi consolidada a presença das multinacionais no país, houve uma redução do Estado e uma absorção, conjunta com o capital internacional das empresas estatais.

Também foi na década de 1990 que o país, seguindo tendências mundiais de expansão dos mercados com a formação do Mercosul, com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991³¹. Uma proposta ambiciosa de incluir a livre circulação de mão de obra e capital, além da zona de livre comércio e da união aduaneira. Contudo, para ser bem-sucedido o bloco precisava de uma negociação intensa entre todos os agentes econômicos no processo e de uma participação ativa dos Estados, que, ainda hoje, não chegaram a alguns consensos necessários, como a mobilidade do mercado comum, o acesso ao Oceano Pacífico e a outros blocos como Europa e América do Norte.

A política econômica do Plano Real foi outra mudança do fim do século XX, entre elas estava a desindexação, o arrocho salarial, a sobrevalorização cambial, a contenção fiscal e a política monetária oscilante. O horror à desvalorização decorre dos compromissos com os aplicadores, estrangeiros e nacionais, que financiam a dívida nacional, pública e privada. Dessa forma, o plano representa a velha política econômica, estabelecida durante a ditadura militar e a Nova República, porém concretizada por outros meios (SINGER, 1998). Assim, o governo se empenhou em pintar quadros otimistas sobre o futuro do país no exterior, cumprindo assim a frase de Marx, onde o Estado é “*Um comitê para gerir os negócios da burguesia*”.

A relativa estabilidade dos preços possibilitou a desindexação dos salários e não dos valores a serem recebidos por credores e por governos, privatizando o arrocho salarial, que dependia da barganha coletiva em um mercado com desemprego elevado. Houve a redução efetiva do setor público mediante a privatização de empresas estatais e bancos estaduais, além

³¹ Como afirma Arroyo (1994, p. 125) “De acordo com o artigo n.º1 desse Tratado, os Estados Parte decidem constituir um mercado comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994 e que implica as seguintes metas: (a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, (b) o estabelecimento de uma política comercial comum em relação a terceiros países, (c) a coordenação das políticas macroeconómicas e setoriais entre os Estados-membros, e (d) o compromisso de harmonizar as legislações nacionais nas áreas pertinentes”

de forte contenção do gasto fiscal, principalmente nos níveis estaduais e municipais do governo. Conforme afirma Singer (1998, p. 223) “O Plano Real transformou a sobrevalorização da moeda e a importação maciça de capital do exterior em princípios fundamentais”.

Segundo Gonçalves, (1999, p. 107) no ínterim entre 1991 e 1998:

Houve privatizações de empresas públicas pertencentes ao governo federal e aos governos estaduais, bem como concessões para telefonia móvel na área de telecomunicações [...]. Os investidores estrangeiros entraram com 12 bilhões de dólares, isto é, uma participação de 27,8%. O principal país de origem dos investimentos foi os Estados Unidos, com 13,8% de participação, seguido da Espanha (4,5%) e do Chile (2,3%). Esses três países participaram com 20,6% do valor total dos investimentos externo nesse processo.

Voltando a análise da entrada de IED no país, a partir dos anos 1980 o Brasil se tornou um dos maiores receptores de IED no mundo; grande parte dos elementos que contribuíram para essa atratividade ao capital externo, foram construídos na década de 1990. Como afirma Videira (2009, p.109) “As alterações na legislação, ocorridas entre 1991-93, estiveram orientadas ao favorecimento da saída do capital estrangeiro no Brasil, no que tange à remessa de lucros e pagamentos de tecnologias”; em 1995 a revisão constitucional provocou a eliminação ou flexibilização das barreiras ao investimento estrangeiro, em setores como, informática, telecomunicações, petróleo, extrativismo, e navegação de cabotagem. (Videira, 2009, p.109).

A descrição de Oliveira - do Brasil, na década de 1990 - se faz atual, face à conjuntura econômica e social do país:

O Brasil, desse modo, continua sendo uma sociedade apoiada inteiramente, em última instância e organizada para isso, na produção em larga escala e estritamente comercial de gêneros primários e semimanufaturados demandados por mercados exteriores. É com essa produção e exportação que fundamentalmente se mantém o Brasil, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações essenciais para a subsistência do país, inclusive e em particular as que se referem à instalação e manutenção da atividade industrial. É com essa receita que são pagos também os serviços financeiros e outras remunerações aos trustes que aqui operam” (OLIVEIRA, 2014. p. 297-298).

2.6 O Brasil no século XXI: exportação de commodities e financeirização

Nas duas últimas décadas o país reforçou seu papel de exportador de commodities, sobretudo, por conta da valorização do preço destas vide à crescente demanda chinesa. Fortalecem assim os antigos e convenientes latifundiários e sua participação política, perpetuando a estrutura

fundiária no Brasil, um dos motivos para a atroz desigualdade de renda no país³². Outro fator a ser destacado é o papel que assumem, atualmente, as agências de classificação de riscos.

Segundo Arroyo, o território se torna cada vez mais vulnerável a financeirização:

Com a emergência das finanças como variável-chave do período histórico atual, os países passam a ser classificados segundo a capacidade para pagar suas dívidas. Agências especializadas norte-americanas (Moody's, Standard&Poor's, JP Morgan) estabelecem os critérios para a elaboração de índices de “risco de crédito”, concedendo notas aos países e às empresas. Com base nas informações elaboradas pelas agências, os investidores decidem como aplicar seu dinheiro e quanto cobrar de juros sobre os empréstimos concedidos. Quanto pior a nota estipulada, mais alto o risco de investimento e mais elevados os juros a serem cobrados; ou seja, mais altos serão os juros que o governo terá de pagar para renovar seus empréstimos ou obter novos. Quanto menor o risco, melhores são as expectativas dos investidores em relação à solvência do país, e menores serão as chances de um governo não honrar seus compromissos. (Arroyo, 2006, p. 9).

As agências avaliam, sobretudo, a relação o endividamento de um país e sua capacidade de gerar receita, transformando, assim o superávit primário em uma fixação do governo, subordinando, segundo Arroyo, (2006, p. 9) suas “opções de alocação de recursos e limitando o dinheiro disponível para investimento e para aplicação em programas sociais”. Reforçando as palavras de Milton Santos, sobre a contabilidade nacional como um dado central dos países³³.

Arroyo destaca os motivos que levam à vulnerabilidade dos territórios:

Várias são as razões; entre outras: a) o pagamento da dívida via exportações retira do território a possibilidade de ganhar mais investimentos em obras de infra-estrutura, mais créditos para pequenos produtores, mais financiamento para saúde, educação, saneamento, habitação etc.; b) extensas áreas do território são destinadas à produção de commodities agrícolas e minerais, sob o comando de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, relegando a população local a rincões menos produtivos do território, ou obrigando-a a mudar de atividade e até a migrar em busca de outras fontes de renda. (Arroyo, 2006, p. 10).

2.7 A relação sino-brasileira se consolida

A atual conjuntura mundial é marcada pela transferência do epicentro da economia da América do Norte para a Ásia Oriental, em que a China se projeta como liderança em várias esferas de poder (ARRIGHI, 2008). A ascensão da RPC é entendida nesses termos como parte

³² Segundo SILVA (1998, p. 252) “A tributação progressiva sobre as terras improdutivas é na verdade uma velha desculpa para não se fazer a reforma agrária no Brasil. Isso vem sendo tentado há décadas em vários países sem nenhum sucesso que possa servir de propaganda, como reconheceu recentemente o próprio Banco Mundial ao dizer que o Brasil é hoje o único país no mundo a insistir na tese de que um imposto progressivo sobre as terras improdutivas pode resultar numa reforma agrária. Desde a promulgação do Estatuto da Terra em 1964, o Brasil tentou esse caminho da tributação como um paliativo para evitar o amargo remédio da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária”

³³ Segundo Santos (1999, p. 6), a contabilidade nacional aparece como um dado central: “Mas essa contabilidade nacional é, no fundo, um nome fantasia para a contabilidade global que escolhe, entre as categorias utilizadas, aquelas que privilegiam os interesses de um certo tipo de agente, e excluem todas as categorias de outra índole. E essa contabilidade global se funda em parâmetros inspirados nas próprias finanças globais, num mundo no qual não é mais o capital como um todo que rege os territórios, mas uma parte dele, isto é, o dinheiro em estado puro”.

das mudanças estruturais do atual sistema internacional, marcado pela formação de novos centros de riqueza e poder, de forma que a divisão clássica entre Norte e Sul – desenvolvidos/subdesenvolvidos – fica mais complexa (GONÇALVES, 2010).

Com o atual crescimento econômico e industrialização veloz, a República Popular da China busca expandir seus fornecedores de matéria prima e garantir IED em diversas partes do mundo. Nos últimos anos do século XX, a China dá início a uma nova estratégia de internacionalização da economia, a partir dos investimentos que fazem parte da estratégia *Go Global*.

A internacionalização da economia chinesa que criou grupos gigantescos com grande capacidade ociosa, e que acumulou massa significativa de capitais, busca fazer circular as reservas em títulos do tesouro estadunidense adquirindo novos ativos através da reprodução do capital. Essa estratégia é fortemente dirigida pelo Estado, através de financiamentos e facilitação administrativa (Cintra e Pinto, 2015)

A República Popular da China apresentou aumento sustentado de seus investimentos no exterior, alcançando a segunda posição enquanto origem de IED mundial (depois dos Estados Unidos). Neste sentido, faz-se necessário destacar que os fluxos de IED chineses saltaram de US\$ 830 milhões, em 1990, para US\$ 127 bilhões, em 2015, alcançando US\$ 183,1 bilhões, em 2016 (CEPAL, 2017).

Segundo Harvey a “China domina la totalidad del este y el sureste de Asia como una potencia hegemónica regional con una enorme influencia global”. Como resultado, a “China se abrió en su totalidad a las fuerzas del mercado y del capital extranjero, aunque todavía bajo el ojo vigilante del partido” (HARVEY, 2004). Ademais a China também se tornou o principal parceiro econômico do Brasil após 2009, superando os EUA. Esse marco destaca um novo momento para as relações exteriores e para a economia brasileira, mas cabe questionar a natureza dessa relação e quais entes se beneficiam da parceria.

Num primeiro momento a maioria dos investimentos externos chineses se dirigiam a países desenvolvidos, contudo, na atualidade houve uma reorganização na distribuição espacial desses investimentos, que os conduzia agora para os países em desenvolvimento. Na América Latina, o Brasil se destaca como maior receptor dos investimentos principalmente, após 2010, quando ocorre um vultoso montante para compra da participação da Repsol neste país. No geral, podemos afirmar que a maior parte dos investimentos chineses, no sentido qualitativo, destinam-se a exploração de minérios e petróleo.

Contudo, a relação sino-brasileira é de longa data, pode-se afirmar que ela teve início no século XIX, quando após a proibição do tráfico negreiro e subsequente abolição da

escravidão, o Brasil pretendia importar mão de obra chinesa que chegava a partir de Macau e em 1881 é assinado um tratado de livre comércio e amizade. A política externa republicana americanista vai selar o distanciamento do Brasil no contexto da Guerra Fria e as relações só serão retomadas após a retomada do assento da RPC na Organização das Nações Unidas (ONU), e durante a visita do presidente chinês em 1993 os dois países anunciaram a formação de uma "parceria estratégica".

Os dois países têm expandido suas relações e consideram o desenvolvimento dessas relações o principal foco das relações exteriores; as frequentes visitas e encontros dos dirigentes fortalecem a confiança mútua (LI, 2013). Segundo Li Bajoun, ex cônsul-geral da RPC, as empresas chinesas participam da construção de infraestrutura do Brasil com grande verba em investimento.

O comércio bilateral sino-brasileiro cresce de forma vertiginosa, em 2010, por exemplo a somatória de exportações e importações era de pouco mais de 51 bilhões, em 2017 o valor beirava 71 bilhões de reais³⁴. Nesse montante se destaca a exportação de commodities e importação de produtos eletrônicos e têxteis pelo Brasil, porém a balança teve um saldo positivo para o Brasil de cerca de 20 bilhões em 2017.

Entre as exportações brasileiras para a China, alerta Faria (2013), há uma grande concentração da pauta, com quatro produtos principais: soja em grão, minério de ferro, petróleo e celulose. Essa realidade aponta riscos para o Brasil, que exporta as commodities e importa manufaturados e maquinário de maior intensidade tecnológica e valor agregado. Pode-se afirmar que há vantagens para o Brasil nessa especialização devido a agricultura competitiva e dos recursos minerais, porém um processo de desaceleração econômica na China pode desvalorizar os preços, historicamente voláteis e causar prejuízos sérios como os experimentados durante a crise no Brasil.

Sob esses aspectos, a relação comercial sino-brasileira marcada pelos investimentos em energia e infraestrutura, como corredores logísticos de exportação de commodities pode ser territorializada. Destacando a região do MATOPIBA como área de expansão da soja de grande interesse logístico para China e a região do Tapajós para a ampliação de corredores logísticos, ligados a fronteira agrícola no Sul da Região Norte. As empresas centrais chinesas se associam a grandes empresas brasileiras como Fiagril Participações e Camargo Correa (Aguiar, 2017), para assegurar benefícios mútuos e garantir através de financiamentos e parcerias o fornecimento de material e consolidação da infraestrutura.

³⁴ Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Conforme se ampliam as relações comerciais entre Brasil e China, criam-se novos fundos de investimentos. Segundo, Aguiar (2017) a financeirização de ativos e as estratégias financeiras para estruturar esses papéis atrelados a megaprojetos de infraestrutura responde a crises de sobreacumulação, direcionando capitais para oportunidades financeiras que ofereçam segurança jurídica e financeira, favorecendo a atividade especulativa.

Esses projetos de infraestrutura servem em todo caso para garantir a aniquilação do espaço pelo tempo, que possam ser absorvidos pelo capital desde o projeto até sua realização, enquanto a infraestrutura de interesse público (hospitais, saneamento básico e iluminação pública) são subfinanciadas e ficam de escanteio entre os interesses políticos. Corroborando com a descrição de Santos (2017) do momento em que se encontra o território na globalização, “[...] alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção), os demais, isto é, a maioria, não têm resposta adequada para suas necessidades essenciais.”

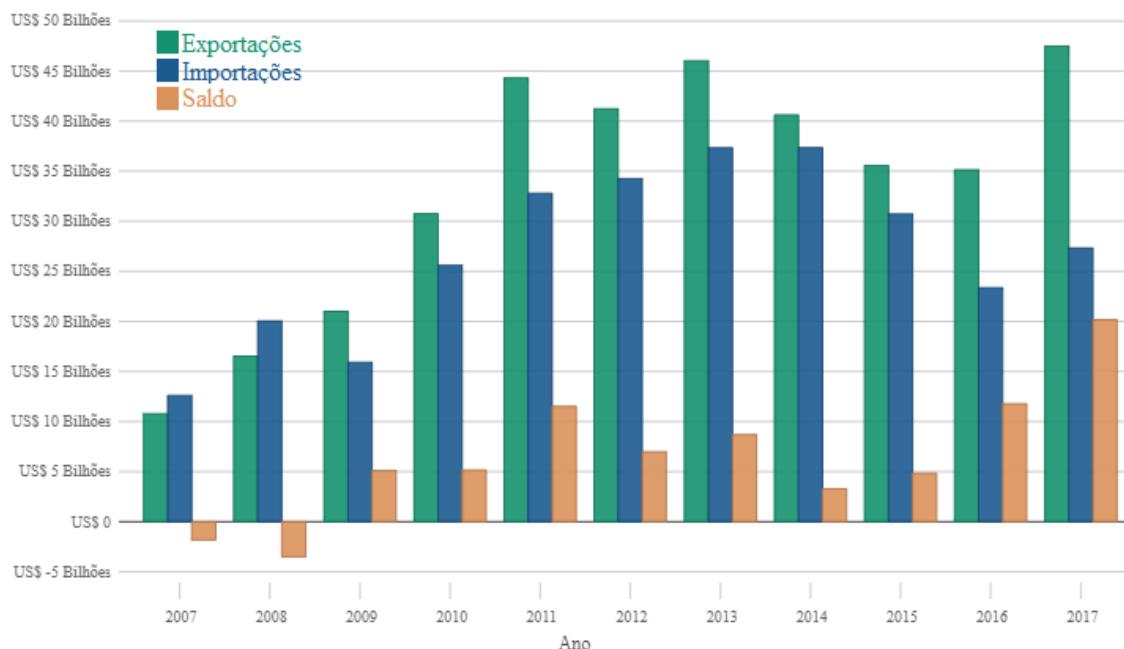
2.8 Evolução do comércio exterior Brasil-China

A participação dos produtos brasileiros na pauta de importações da China, mesmo que abaixo de vários países da Ásia, tem crescido ano após ano, tendo alcançado 3% em 2018. Já as compras brasileiras de produtos originários da China responderam por 1% das exportações totais chinesas. Do ponto de vista do Brasil, os números são outros: a China corresponde a 19% das exportações brasileiras e 17% das importações.

Faria (2013, p.139), destaca alguns aspectos do comércio exterior com a China:

Entre 1995 e 2000, as exportações brasileiras para a China mantiveram-se em torno de US\$ bilhão. A partir de 2001, verificou-se uma tendência de crescimento mais acentuado das exportações até 2008, quando estas tiveram expressivo incremento de 52,6% sobre 2007. Em 2009 elas registraram alta de 27,1% e aumentos ainda mais expressivos nos dois anos seguintes: em 2010, +26,6%, e em 2011, +43,9%. Em 2012, todavia, observou-se a primeira queda da década (-7,0%), embora a China tenha continuado a ocupar a primeira posição entre os países de destino das exportações nacionais. (Faria, 2013).

Gráfico 4 - Exportações, Importações e Balança Comercial Brasileira - Parceiro: China



Fonte: Adaptado de MDIC (2018). Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>
Acesso em Jan, 2019.

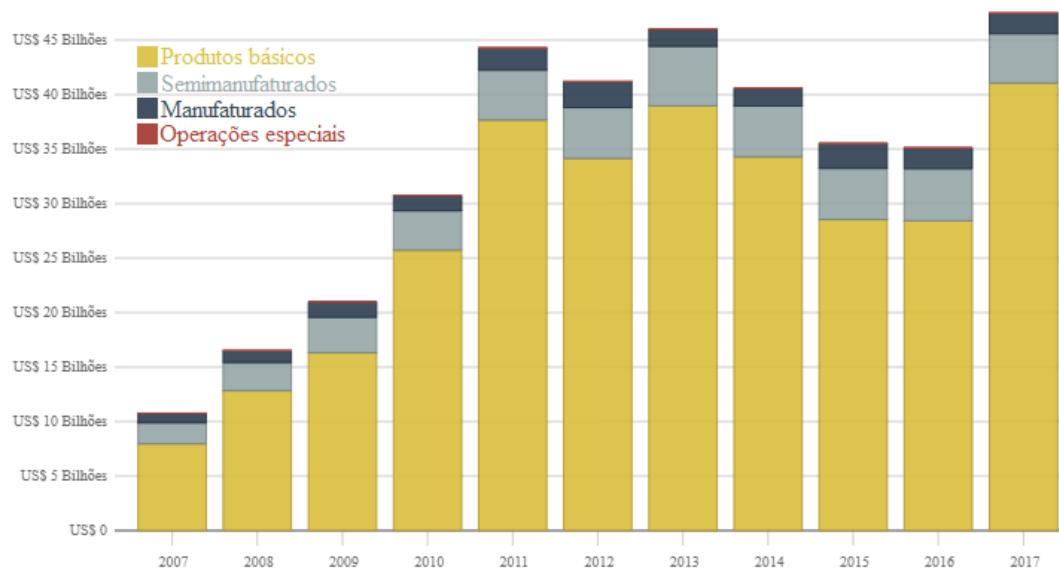
A China é o destino de alguns dos produtos nacionais com maior relevância em termos de valor (gráfico 4); em 2017, a China comprou 78% de todas as vendas de soja do Brasil para o exterior, 54% do minério de ferro, 43% dos óleos brutos de petróleo, 40% da celulose, 17% da carne bovina, e 12% do total da carne de aves (MDIC, 2018). Daí que se explica a predominância de produtos básicos exportados para a China (gráfico 5)

Entre 2007 e 2017, as exportações do Brasil para a China cresceram um pouco mais que 4 vezes, saltando de US\$ 10,7 bilhões para US\$ 47,4 bilhões, dos quais mais que 95% foram *commodities* (agroindustriais de primeiro processamento, insumos básicos industriais e petróleo). Já as exportações de bens de mais alto conteúdo tecnológico, que eram de 11,2% do total em 2004, caíram para 2,6% em 2014 (KUPFER e FREITAS, 2018). Aliás, durante as décadas de 1980 e 1990 o padrão de comércio entre os países se apresentava de maneira oposta, onde o Brasil exportava principalmente produtos manufaturados, enquanto a China importava matérias-primas agrícolas e minerais (Faria, 2013)

Entre 2008 e 2013 é possível observar o crescimento elevado das exportações brasileiras, impulsionadas pelas elevadas cotações das *commodities*, sobretudo o minério de

ferro. Em 2014, a queda do preço dos principais produtos primários exportados pelo Brasil força a queda das exportações.

Gráfico 5 - Exportações Brasileiras por Fator Agregado - Parceiro: China



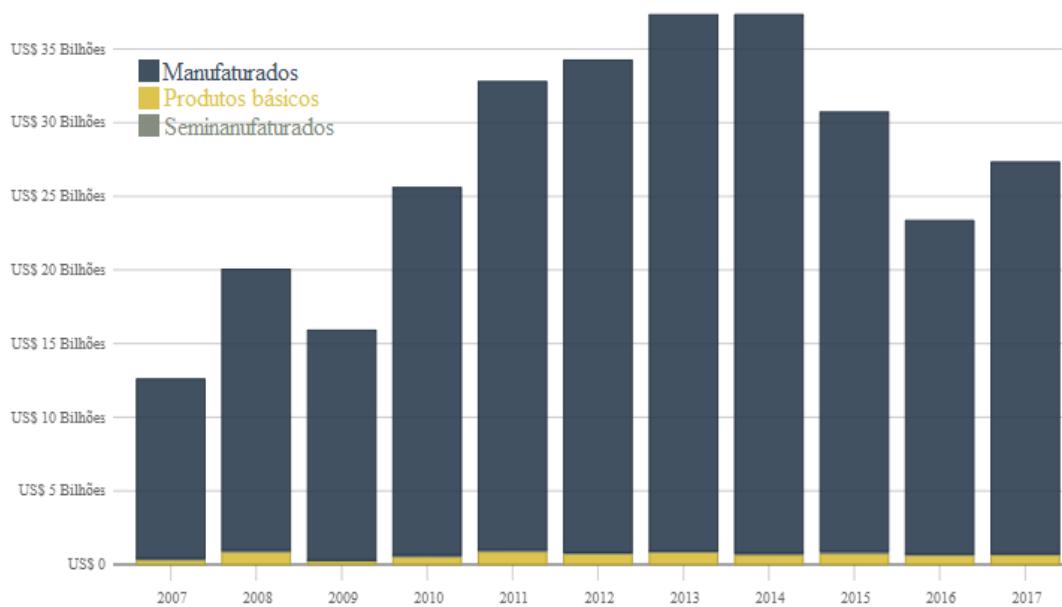
Fonte: Adaptado de MDIC (2018). Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>
Acesso em Jan, 2019

Entre os produtos importados da China pelo Brasil, em 2017, se destacam (gráfico 6): Máquinas e materiais elétricos (32% da pauta); Máquinas e instrumentos mecânicos (15%); Produtos químicos orgânicos (8%); Veículos automóveis, tratores, ciclos e partes (3%); Plásticos e suas obras (3%), Instrumentos, aparelhos de controle/precisão (2,5%), Filamentos sintéticos ou artificiais (2,5%).

Pode-se destacar alguns fatores que contribuíram para o aumento corrente de comércio entre os dois países, entre eles a entrada China, em 2001, como membro da OMC, quando a China estabeleceu um programa de remoção de barreiras comerciais e de abertura de mercado em quase todos os setores produtivos.

Gráfico 6 - Importações Brasileiras por Fator Agregado - Parceiro: China



Fonte: Adaptado de MDIC (2018). Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>
Acesso em Jan, 2019.

A pauta de exportação brasileira para a China é muito concentrada (gráfico 5) uma vez que os produtos manufaturados brasileiros teriam menor competitividade - por conta da menor escala de produção, tributação elevada, infraestrutura e logística menos desenvolvida – bem como pelas políticas chinesas de restrições às importações de produtos no quais o Brasil é um grande exportador³⁵ (por exemplo, o mercado de carnes).

³⁵ Segundo Rocha: “Incentivos fiscais, subsídios, controle de preços e orientação administrativa em decisões de investimento são usados como forma de privilegiar setores domésticos em detrimento de importados, sobretudo onde estatais e ‘gigantes nacionais’ operam (por exemplo, metal e ferro, petroquímicas, automóveis e peças para automóveis, silvicultura e papel, metais não ferrosos, equipamento de telecomunicação, semicondutores e outros setores de C&T). Argumenta-se que a China tenha promovido um singular padrão de normas técnicas que corresponde a um instrumento regulatório-protecionista diante da crescente liberalização comercial (Rocha, 2008/2009, p.102 apud Faria, 2013, p. 126)

CAPÍTULO 3. Investimentos chineses no Brasil em infraestrutura e energia

3.1 A natureza dos investimentos

Até 2010, foi muito limitada a entrada de IED chinês-no Brasil, contudo a partir desse ano, o país se torna um significativo destino do investimento direto chinês. Desde esse momento particular, houve um grande aumento dos valores investidos, que contou também com a chegada de empresas chinesas, principalmente nos setores de energia e infraestrutura. Ocorreu nos últimos anos uma forte aproximação diplomática entre os dois países e, desde 2015, observa-se a ampliação das formas de entrada de capital. Dessa forma, as estatais chinesas de grande porte e os empréstimos de bancos chineses se fizeram mais presentes, tornando-se uma realidade do quadro econômico.

No período do Governo Dilma Rousseff, foi criado o fundo bilateral, com a previsão de conceder US\$ 20 bilhões para setores tidos como prioridade pelo Governo Federal, o Fundo Brasil-China (FCB) para Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva (Decreto nº 9.063/2017), constituído por capitais de diferentes instituições de ambos os países e com o objetivo de financiar empreendimentos futuros.

No entanto, no momento que o FCB (como é chamado internacionalmente) é ativado, o Brasil atravessa uma conjuntura liberal. Durante o Governo Temer, é elaborado um extenso programa de privatizações (Programa de Parcerias de Investimento – PPI). É uma abertura ao capital estrangeiro, que abandona os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como estratégia soberana, este se torna agora um estruturador, perdendo a sua centralidade como financiador dos projetos nacionais.

Como afirma AMORIM (2018), O Fundo é composto por US\$ 15 bilhões provenientes do China-LAC Cooperation Fund (Claifund) e US\$ 5 bilhões que podem ser oriundos do BNDES quanto da Caixa Econômica Federal (dependendo do empreendimento). Será um novo mecanismo de financiamento de empresas de ambos os países da área de infraestrutura, energia e recursos minerais, serviços e tecnologias (etc). Segundo este autor (2018, p. 4), esse processo “envolve tanto aquisição de ativos estatais (no processo de privatizações) quanto Parcerias Público-Privadas (PPPs) greenfields, ou seja, novos projetos”.

A criação de tais fundos de investimentos não está deslocada das prerrogativas globais, da globalização financeira, como assinalado no capítulo I (como a estrutura do sistema monetário internacional) e dos objetivos geopolíticos da própria China, no que tange à demanda

energética e provisão de recursos naturais. O enriquecimento chinês sustentado pelos sucessivos superávits comerciais viabilizou a gestão dos saldos em moeda estrangeira, sobretudo o dólar americano.

É relevante destacar que grande parte dos fundos e financiamentos criados pela China estão voltados para o ramo energético; segundo Gallagher, Kamal, Wang (2016), do montante total de investimentos chineses em energia no exterior, ao menos 80% era reservado para a geração de energia, 13% destinados a transmissão e distribuição e outros 7% para extração e refino de petróleo. Quando se leva em conta as grandes importações de produtos agrícolas brasileiros pela China, imagina-se que tivessem realizados diversos investimentos no setor, contudo os investimentos chineses para cultivar soja no Brasil foram impedidos, sobretudo pelas restrições de compras de terras impostas a estrangeiros em 2010.

De acordo com Amorim (2018, p. 6), no Brasil o processo se aprofunda com:

“A liquidação atual de bens e ativos, públicos e privados, se dá através de dois principais pontos: ativos estrategicamente interessantes postos à venda sem um estudo mais aprofundado, e o próprio preço dos ativos, subestimados pelo interesse do atual governo em privatizá-los o mais rápido possível e por um real que se desvalorizou consideravelmente desde 2015. O que já era visível no setor energético (especialmente no setor elétrico com China Three Gorges e State Grid Brazil Holding) tomou ares de fato preocupantes em 2017 com o grande plano de desestatização lançado pelo Governo Federal”.

Pesquisadores da UFRJ³⁶ analisaram o investimento chinês no Brasil entre 2010 e 2016, eles compilaram dados de diversas instituições para minorar os prejuízos da avaliação e elucidar os dados. Dessa forma, os autores trabalharam com os dados oficiais do Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM), do Banco Central do Brasil (BCB), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do não-oficiais do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC³⁷), entre outros.

A análise começa a partir de 2010, por conta do ponto de inflexão registrado no século XXI quando grandes empresas chinesas chegam ao país ou aumentam notadamente a sua presença no país; antes desse período os investimentos eram muito menores, porém dispersos em mais setores econômicos. Segundo as bases do GIC-IE/UFRJ, “para o período 2010-2016, identificaram-se 145 investimentos diretos chineses no Brasil, que somam um valor de US\$ 58,5 bilhões” (Kupfer e Freitas, 2018, p. 12).

³⁶ Kupfer e Freitas (2018, p. 10) assinalam sobre a construção do compilado “Para tentar reduzir alguns dessas limitações, este estudo fez uma união de quatro fontes de informação - FDI Markets, CGIT, CEBC e RedALC - em uma base única denominada da Base GIC-IE/UFRJ.

³⁷ O Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, uma no Brasil e outra na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas dos dois países. Em 2015 foi reconhecido oficialmente, no Plano de Ação Conjunta assinado entre o Brasil e a China, como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países.

Kupfer e Freitas (2018, p. 13) extraíram das Base GIC-IE/UFRJ que:

Dos 145 investimentos diretos chineses no Brasil identificados, foram classificados como “realizado”, “anunciado”, “não realizado” e “sem informação”, respectivamente, 74, 29, 23 e 19. Quando examinados pelo valor da transação, os “realizados” correspondem a 75% do total, os “anunciados” a 14%, os “não realizados” a 8%, e os “sem informação” representam apenas 3%. Ou seja, foram obtidas informações para todos os investimentos relevantes. Cabe salientar que quanto mais próximo do final do período analisado (2016) mais difícil é a certificação do status do investimento como “realizado” ou “não realizado”, principalmente dos investimentos do tipo *greenfield*.

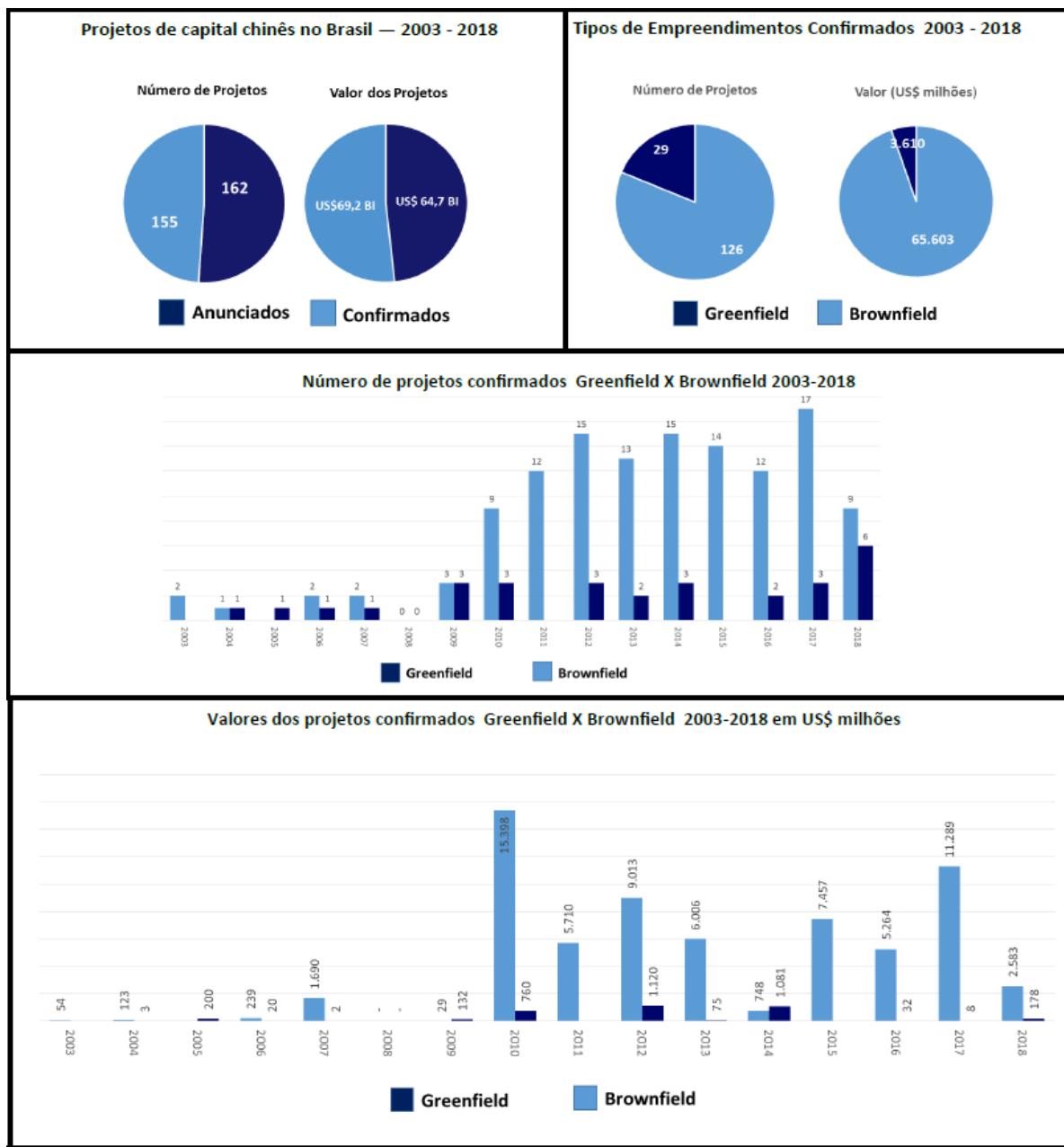
O Ministério do Planejamento também disponibiliza bimestralmente um boletim sobre os investimentos com uma compilação sobre perspectivas e investimentos confirmados. Segundo o último boletim de setembro/dezembro de 2018, desde 2003, cento e cinquenta e cinco foram confirmados num valor total de US\$ 69,2 bilhões no Brasil. Eles ocorrem majoritariamente na região Sudeste, além de alguns que perpassam mais de um estado ou região, como a concessão da linha de transmissão de Belo Monte.

Empresas de capital público são as principais investidoras nos empreendimentos brasileiros: entre anúncios de interesse e confirmações de investimentos, empresas como Wuhan Iron and Steel Corporation (WISCO), China Three Gorges (CTG), China Petroleum & Chemical Corporation (SINOPEC) e State Grid são responsáveis pela maior parte dos US\$ 87 bilhões previstos e/ou liquidados nos últimos 14 anos.

Segundo levantamentos da CEBC (2018, p. 7), houveram fases distintas dos investimentos:

Inicialmente, até meados de 2010, os aportes chineses no país eram direcionados ao setor de commodities, tendo em vista a crescente demanda chinesa por produtos primários, como petróleo, soja e minério de ferro. A partir de 2010, o foco dos investimentos passou a se dar em setores industriais, com a finalidade de explorar o mercado consumidor brasileiro. Em seguida, a partir de 2013, uma série de investimentos no setor de serviços passou a ganhar espaço, especialmente na área financeira, com a entrada de diversos bancos chineses no país. Por fim, a fase mais recente, que se firmou a partir de 2014, é especialmente voltada para o setor de energia e infraestrutura, com volumosas inversões por parte de grandes empresas chinesas que passaram a consolidar sua presença no mapa energético brasileiro.

Quadro 4– Resumo dos investimentos chineses no Brasil



Fonte: Boletim de Investimentos Chineses no Brasil - nº7 (setembro/dezembro de 2018).

Os setores de energia e mineração concentram mais de 85% dos investimentos confirmados: com US\$ 42,9 bilhões, geração e transmissão de energia elétrica, extração de minérios, de petróleo e de gás estão no foco do IED chinês no país. Em quantidade de projetos, o setor automobilístico é destaque. A Chery, JAC Motors, Lifan e Effa, investiram ao todo em 18 projetos, nos quais estão incluídos três projetos greenfield, duas fusões/aquisições e um joint venture (Kupfer e Freitas, 2018).

3.2 Análise dos investimentos em infraestrutura e energia

Se considerarmos os investimentos em infraestrutura segundo a metodologia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), que inclui energia elétrica, transporte, telecomunicações e saneamento básico e desconsidera os setores de produção industrial, mineração e petróleo e gás, a tabela abaixo apresenta a taxa variável de investimentos em infraestrutura nos últimos dez anos.

Tabela 2 – Relação PIB/ Investimento em infraestrutura

Tabela	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB (IBGE) em R\$ trilhões	3,11	3,33	3,89	4,38	4,81	5,33	5,78	6,00	6,27	6,56	7,41*
Invest. totais Infra. (Abdib) em R\$ trilhões	0,105	0,117	0,135	0,145	0,155	0,165	0,167	0,140	0,113	0,110	0,114**
Relação Investimentos em infra /PIB	3,4%	3,5%	3,5%	3,3%	3,2%	3,1%	2,9%	2,3%	1,8%	1,7%	1,5%

* PIB calculado com a última expectativa do Boletim Focus do Bacen para a projeção (1,3%) de crescimento em 2018. Publicada em 14/12/2018.

** Estimativa ABDIB

Fonte: Boletim de Investimentos Chineses no Brasil - nº7 (setembro/dezembro de 2018).

Desde 2014, com a recessão econômica e o ajuste fiscal, os investimentos públicos tiveram ampla diminuição. De acordo com a ABDIB, “os aportes públicos na infraestrutura entre 2014 e 2017 caíram de R\$ 65,9 bilhões para R\$ 37,2 bilhões (-43,5%) enquanto os aportes privados caíram de R\$ 100,8 bilhões para R\$ 73,2 bilhões no período (-27,4%)”³⁸.

Com a diminuição dos investimentos públicos cresceu a participação de investimentos privados em infraestrutura no Brasil, principalmente se considerarmos a atuação das empresas chinesas que chegaram a representar mais de um quarto dos investimentos em 2017. Os valores dos investimentos foram convertidos em reais a partir da taxa de câmbio média divulgada pelo Bacen. Pode-se afirmar que esses números compreendem majoritariamente os investimentos da State Grid e da CTG para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (Kupfer e Freitas, 2018).

³⁸ “Nível de investimento em infraestrutura despenca e participação privada cresce na esteira da crise fiscal”. Disponível em: <<https://www.abdib.org.br/2018/08/24/nivel-de-investimento-em-infraestrutura-despenca-e-participacao-privada-cresce-na-esteira-da-crise-fiscal/>>. Acesso em 19/01/2019

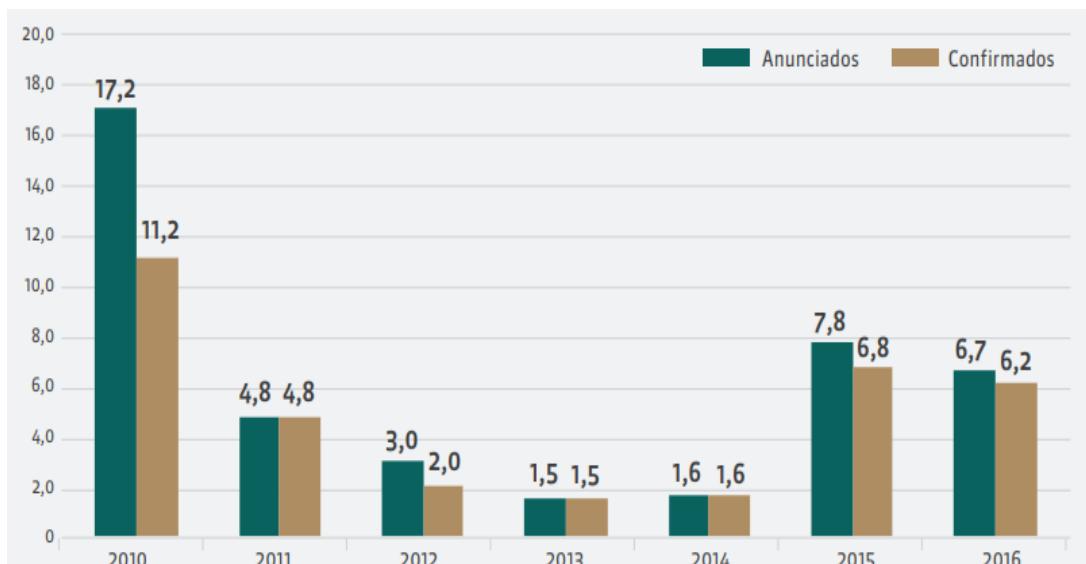
Tabela 3 – Relação Investimentos Chineses/ Investimentos em infraestrutura no Brasil.

Tabela	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Investimentos totais em Infra. (Abdib) em R\$ bilhões	-	-	134,80	145,30	155,00	165,20	166,50	139,70	113,10	110,40	113,70
Investimentos Chineses (SEAIN-MPDG) em R\$ bilhões	-	-	4,77	4,75	6,81	0,10	3,84	24,12	11,30	31,10	4,93
Relação Investimentos Chineses X Invest. totais Infra. Brasil			3,54%	3,27%	4,39%	0,06%	2,31%	17,26%	9,99%	28,17%	4,34%

Fonte: Adaptado de Boletim de Investimentos Chineses no Brasil - nº7 (setembro/dezembro de 2018).

Os investimentos em energia no Brasil tiveram um pronunciado aumento com a onda privatizante do setor de energia, que aguçou o interesse de países na participação dos leilões de ativos em áreas, tal como hidrelétricas, óleo e gás, entre outros (tabela 3 e gráfico 7). Com o país em recessão, as medidas de austeridade e contenção da dívida pública levaram a colocar à venda de ativos nacionais, que atraíram as empresas e bancos chineses com grandes reservas financeiras. Como apontam os relatórios (CEBC, 2018; Kupfer e Freitas, 2018; Boletim de Investimentos Chineses no Brasil, 2018), grande parte dos investimentos se deram através de fusões e aquisições,³⁹ que contam com retornos mais rápidos e se estruturaram a partir de bases já existentes, bem como com o conhecimento burocrático e da legislação local.

Gráfico 7 – Investimentos da China no Brasil no setor de energia (em US\$ Bilhões)

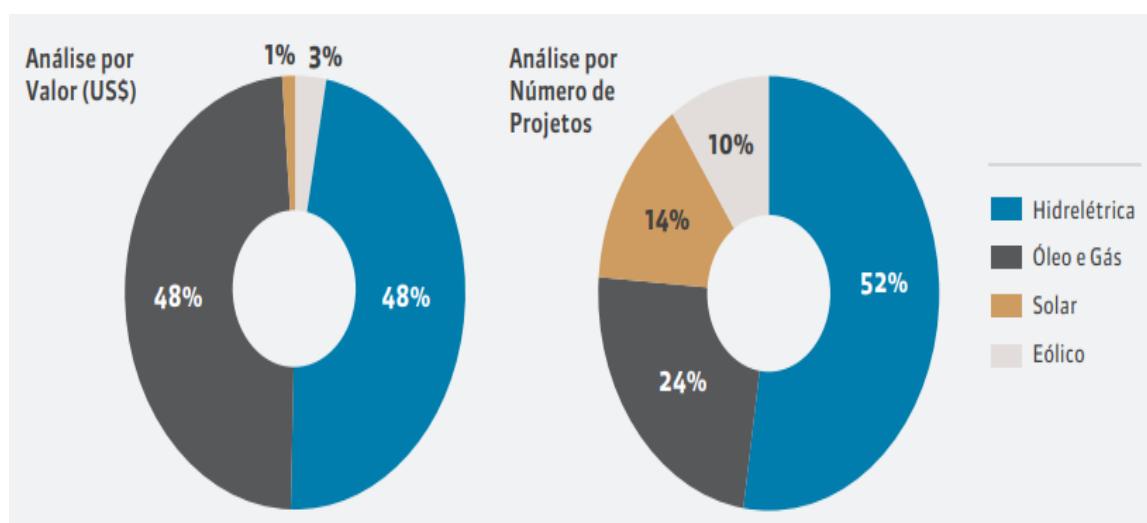


Fonte: Adaptado de CEBC (2018)

³⁹ Esses são investimentos em empreendimentos pré-existentes (*Brownfield*), enquanto a criação de novos estabelecimentos (*Greenfield*) costuma ser menos frequente.

Segundo a Base do GIC-IE/UFRJ, as cinco principais empresas chinesas que foram responsáveis, no período 2010-2016, por 80% dos investimentos “confirmados”⁴⁰, são empresas sob o controle da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais, que regula as principais estatais do país, dentre elas as estatais centrais, State Grid, CTG, Sinochem, China National Petroleum Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinopec.

Gráfico 8 – Investimentos chineses confirmados por divisão setorial (2010-2016)



Fonte: CEBC (2018)

É possível observar a predominância das hidrelétricas (gráfico 8) e do ramo de óleo e gás, que apresentavam maior número de projetos e dominavam, quase inteiramente, o montante investido. Neste caso, predominam os investimentos da State Grid e da China Three Gorges nos setores de energia hidrelétrica, solar e eólica. Enquanto a SINOPEC (responsável pela maioria dos investimentos), Sinochem, CNPC e CNOOC investem no setor de óleo e gás.

Entre os projetos Brownfield que a CTG participou, Aguiar (2017, p. 69) destaca:

[...] comprou UHEs em operação (Salto, Garibaldi, Jupiá e Ilha Solteira) e a participação em UHEs em fase de finalização (São Manoel em construção no rio Teles Pires, formador do Tapajós, na divisa entre Mato Grosso e Pará; Santo Antonio do Jari no rio Jari, na divisa entre Pará e Amapá; e Cachoeira Caldeirão em construção no rio Araguari no Amapá; com participação de 33%, 50% e 50% respectivamente).

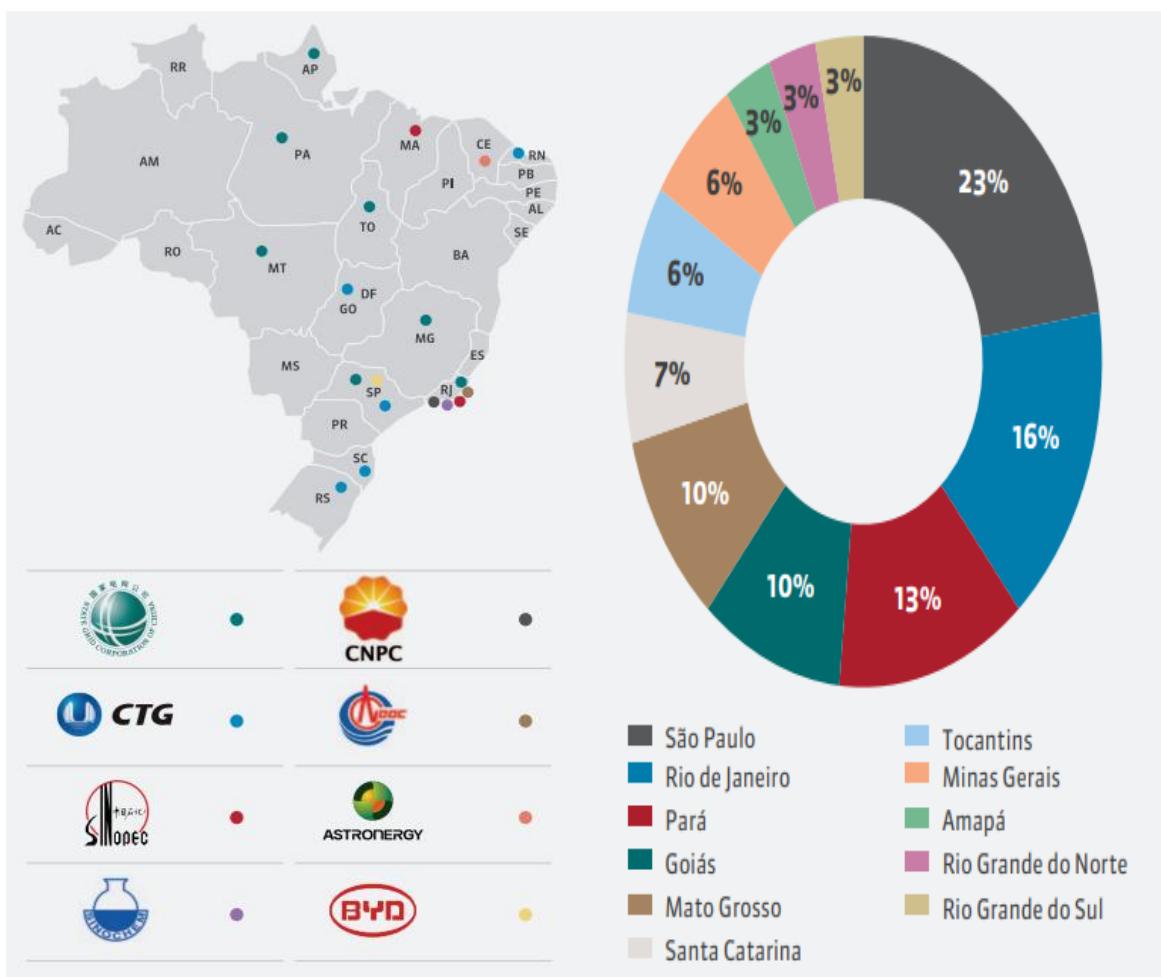
O gráfico (9) e mapa (1), permitem analisar a divisão geográfica dos investimentos em energia; é possível observar a concentração destes na região Sudeste, em que o estado de São Paulo é o maior receptor em empreendimentos de energia solar, eólica e hidrelétrica. O Rio de

⁴⁰ Ver Anexo

Janeiro, que compreende 16% dos projetos, concentra virtualmente todos os investimentos no setor de óleo e gás. Também é possível visualizar projetos isolados, como no caso do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, que, entre 2014 e 2015, contou com a construção de linhas de transmissão para interligar o Pará à região Sudeste pela State Grid (CEBC, 2018).

Mapa 1 – Investimentos em energia nos projetos nas Unidades Federativas.

Gráfico 9 – Distribuição dos investimentos por Estado



Fonte: CEBC (2018)

3.3 O investimento em infraestrutura em perspectiva

O Banco Mundial, grande promotor das obras de infraestrutura em todo mundo, formula políticas e imperativos para o desenvolvimento, que tem no planejamento territorial um de seus principais objetivos. Em 2018, o Banco divulgou um Índice de Performance Logística (LPI – *Logistics Performance Index*), classificando 160 países em um ranking global. No ranking o Brasil apareceu na 56^a posição. O ranking serve, sobretudo, para justificar o aprofundamento do perfil celebrado nas posições elevadas, ele esconde o conteúdo qualitativo dos dados e as relações históricas que conduziram as variáveis e assimetrias.

Na busca por superar os “gargalos logísticos” e assegurar a circulação de recursos na América do Sul, foram propostos projetos de redistribuição demográfica e obras de infraestrutura; dentre eles a Iniciativa da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) aparece como um ambicioso programa de ordenamento territorial na região. Formulado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Plano de Ação com contribuição do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), do FONPLATA e outras instituições regionais. O lançamento ocorreu em Brasília em 2000, no Primeiro Encontro dos Presidentes da América do Sul, a convite do Presidente do Brasil no contexto da comemoração dos 500 anos da descoberta desse país. A IIRSA era a dimensão material da infraestrutura de integração almejada na América do Sul:

Esse plano continha sugestões e propostas de ampliação e modernização da infraestrutura física da América do Sul em áreas de transporte, energia e comunicações. O objetivo principal era a configuração de vários Eixos de Integração e Desenvolvimento para o futuro espaço econômico ampliado da região, com especial atenção para a situação dos países com dificuldades geográficas de acesso marítimo aos mercados internacionais. O lançamento político da Iniciativa IIRSA incluiu também um cronograma de ações, começando pela convocação a uma reunião ministerial para ir consolidando uma visão regional integrada sobre as linhas de ação necessárias para a ampliação e modernização da infraestrutura sulamericana com base no documento mencionado (IIRSA, 2011, p.15)

As transformações políticas na América do Sul ao longo da década – com a subida ao governo de presidentes definidos como progressistas – conduziram o projeto para o controle do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2009. Todavia, a mudança não alterava o seu conteúdo de construção de eixos integradores dirigidos à exportação de *commodities*. (Aguiar, 2017). Por um curto período de tempo após a consolidação da gestão do COSIPLAN, houve uma intensa discussão entre Brasil, Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia, que disputavam as razões da proposta. Os países da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) defendiam aproximação da IIRSA a uma Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), que

refletisse a redução do papel do dólar americano no comércio e investimentos intrarregionais, “por meio da constituição de um fundo regional de reservas, de um sistema de comércio em moedas locais e de um banco de fomento regional, o Banco do Sul” (Aguiar, 2017, p. 58).

A iniciativa foi colocada de lado e a reconfiguração institucional da IIRSA representava para o Brasil uma oportunidade de protagonismo, não mais como promotor dos interesses norte-americanos, mas como um gestor de um projeto autônomo de expansão. Neste momento, o BNDES se consolidava como financiador de integração regional, alavancando a internacionalização das empresas brasileiras na região, principalmente das empreiteiras, uma vez que os empréstimos do banco para obras nos outros países implicavam a criação de contratos com as construtoras.

A IIRSA veio a conjugar os interesses do Brasil com outros projetos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Investimento em Logística (PIL). No Eixo do Amazonas da IIRSA, por exemplo, os empreendimentos hidrelétricos do Rio Madeira e a pavimentação da BR-163 coincidia com a carteira de projetos dos programas.

O PAC I de 2007 a 2010 e o PAC II de 2011 a 2014 representaram investimentos respectivos de R\$ 650 bilhões e R\$ 1,1 trilhão, mais da metade dos mesmos em infraestrutura energética e logística, e outra parte em projetos sociais e urbanos, como a construção de moradias a partir do Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) lançado em 2009. O Programa de Investimento em Logística (PIL2012) – Rodovias e Ferrovias, que previa investimentos de R\$ 133 bilhões apenas em rodovias e ferrovias, não teve sucesso além da concessão de rodovias “Dos nove lotes de concessões previstos em rodovias, apenas seis foram concedidos. Dos projetos previstos em ferrovias, nenhum saiu do papel.” (NUNES, 2015, p. 12). A segunda fase do PIL, anunciada em 2015, previa investimentos de cerca de R\$ 200 bilhões em infraestrutura logística, dos quais R\$ 129,2 seriam investidos a partir de 2019.

Surfando na alta histórica das commodities, o Brasil acelerava a construção de infraestruturas buscando garantir as fontes de energia e novos canais de escoamento da importante produção agropecuária e mineral do país diante desta conjuntura internacional favorável aos termos de troca da balança comercial brasileira. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento que o governo petista impulsionava considerava os danos ambientais como inevitáveis.

A criação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul), em 2008/2009 e a transformação do G20 em um espaço de accordos multilaterais com status de cúpula empresarial representavam o desejo dos países do Sul global na reforma da arquitetura financeira e monetária internacional. Daí que a criação em 2015 do Novo Banco de

Desenvolvimento (NDB – *New Development Bank*) - com aportes de US\$ 100 bilhões destinados a infraestrutura e desenvolvimento sustentável - e do Arranjo Contigente de Reservas (CRA – *Contingent Reserve Arrangement*) surge como uma alternativa às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) controladas pelo G7, sobretudo, como uma afirmação política.

O PIL, assim como o PAC foram substituídos pelo PPI, como uma das primeiras ações de Michel Temer sobre a presidência. A condução política do governo Temer política mudou substancialmente a estruturação dos investimentos em infraestrutura no país, com a diminuição da atuação dos financiamentos do BNDES⁴¹ e a transformação da política externa brasileira - com a nomeação de políticos do partido derrotado em eleições anteriores, o PSDB para o Ministério de Relações Exteriores – principalmente nas estratégias de cooperação e inserção no sistema multilateral. A reforma ministerial promovida por Temer fundiu grandes ministérios e burocracias diferentes em ministérios ainda maiores e promoveu a ascensão da iniciativa privada sobre estatutos regulatórios ainda mais vantajosos para si, enquanto avançava também com o desmonte da estrutura de planejamento federal de médio prazo.

Coincidemente, os setores que mais recebem investimentos chineses – setor de energia, petróleo e gás e mineração – e outros setores como o automotivo, agropecuária, serviços financeiros, logística e transporte, todos estão contemplados no PPI bem como no Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva. A autonomia regulatória das agências estatais é questionável, sobretudo, por conta do arbítrio da relação entre agências e os concessionários dos empreendimentos públicos, por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU). Outro ponto deplorável sobre o PPI é a que a regulação se deu por Decreto Presidencial, abrindo margem para arbitrariedades e formas descabidas de parcerias entre Estado e iniciativa privada.

Herdeiro do PPI, Bolsonaro promete ampliar as privatizações do programa, com leilões de Ferrovias, Portos, Aeroportos Rodovias, Energia, Mineração, Óleo e Gás entre outros que seguem na carteira, dentre eles as privatizações da Eletrobras, da Casa da Moeda e da CeasaMinas; a venda da participação da Infraero nos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Confins; bem como de dezenas de empreendimentos na área de rodovias, ferrovias terminais portuários⁴².

⁴¹ Ver Anexo

⁴² ALVARENGA, Darlan. **Bolsonaro herda 69 projetos do PPI de Temer e quer ampliar privatizações**. G1 21 janeiro 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/21/bolsonaro-herda-69-projetos-do-ppi-de-temer-e-quer-ampliar-privatizacoes.ghtml>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

Segundo o chefe do PPI, mantido por Bolsonaro da gestão passada, as concessões de ferrovias e rodovias são prioridades em 2019, como os da BR-364-365/MG-GO e da BR-101/SC, já em projetos avançados⁴³. O governo também anunciou que tenciona incluir a rodovia Rio-Santos (trecho da BR-1010) no leilão de rellicitação da Nova Dutra. Entre as ferrovias, estão inclusas a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), Ferrovia Centro-Atlântico (FCA), Estrada de Ferro Vitória a Minas, Estrada de Ferro Carajás, Ferrogrão, entre outras.

A FIOL foi projetada para interligar as jazidas de ferro de Caeté da empresa Bahia Mineração ao Porto Sul, em Ilhéus, e assegurar a exportação de minério de ferro para a China (Aguiar, 2017). A ferrovia tem o traçado longe do previsto para terminar, sobretudo, pela falta de verbas da empresa pública responsável, a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. As obras do Porto Sul também estão inacabadas. Além de assegurar o transporte de ferro, ela pode garantir também o escoamento da soja produzida no MATOPIBA. Atualmente, o transporte é feito por caminhões em direção ao Porto de Cotelândia, em Aratu.

A concessão por leilão do projeto da Ferrogrão irá realizar o sonho das tradings (Amaggi, ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus) de melhorar o escoamento dos grãos e farelo de soja pelo Arco Norte, passando pelo Canal do Panamá com destino a China e Rússia e economizando tempo até os portos da União Europeia (EU). Empresas chinesas já sinalizaram interesse pelo empreendimento. Ainda em 2016, o governo já orquestrava dar “segurança jurídica” para o projeto, e através da (MP nº 758/2016), alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós (APA Tapajós), para destinar áreas aos leitos e faixas de domínio da EF-170 e da BR-163. Tanto o Parna quanto Área de Proteção Ambiental (APA) Tapajós foram constituídos em 2006 no contexto da criação de um mosaico de áreas protegidas naquele território, visto que houve uma grande pressão da sociedade civil em denunciar o crescente desmatamento provocado pelo asfaltamento da BR-163. A MP 758/2016 foi transformada em norma jurídica com voto parcial, alterando os limites do Parque Nacional do Jamanxim e criando a Área de Proteção Ambiental Rio Branco (Lei nº 13.452/2017). Segundo Aguiar, (2017, p. 43) “não será o último caso em que o redirecionamento dos corredores logísticos, refletindo a dimensão geopolítica chinesa e as agroestratégias dos exportadores de soja, incidirá sobre o ordenamento territorial na Amazônia brasileira”.

Ainda no âmbito das terras protegidas do Tapajós, a MP 756/2016 vetada em 2017, que previa alterar os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim

⁴³ RITTNER, Daniel. **PPI amplia atuação e vai buscar soluções para megaobras inacabadas**. Valor Econômico. 07 janeiro 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6053387/ppi-amplia-atuacao-e-vai-buscar-solucoes-para-megaobras-inacabadas>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

e criar a APA do Jamanxim no Pará, foi substituída pelo Projeto de Lei (PL) nº 8.107/2017 que retoma a proposta de reduzir a Floresta Nacional do Jamanxim e, se na MP a redução era de 305 mil hectares, no PL é de 354 mil. Tudo isso ocorria num momento sombrio, no qual ambientalistas acusavam Temer de usar a PL e outras medidas como moeda em troca de apoio da bancada ruralista, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que compõe um dos maiores grupos no congresso e no senado para que a Câmara rejeitasse a denúncia de corrupção passiva da Procuradoria Geral da República contra o presidente. O PL nº 8.107/2017 continua em tramitação, aguardando atualmente a criação de uma comissão temporária e sujeito à apreciação do Plenário e em regime de Prioridade. Em nota técnica emitida por organizações da sociedade civil em repúdio ao PL e a busca por reduzir a proteção de florestas e conceder a possibilidade de regularização fundiária das áreas:

[...] o estado brasileiro desmoraliza ainda mais a própria política pública de controle do desmatamento, premiando com terra aqueles que cometem crimes ambientais, além de desmoralizar o próprio governo, que edita um projeto de lei para atender aos interesses do mesmo grupo que colocou fogo em caminhonetes do Ibama, vandalizando o patrimônio público (GT DESMATAMENTO ZERO, 2017, p. 4).

A transformação do Parna do Jamanxim em APAs Rio Branco serve para desproteger essas áreas, permitindo propriedade privada onde antes o domínio era público; a MP 758/2016 criava conflitos ao possibilitar a existência de propriedades privadas na área de sobreposição entre a APA Trairão e a Terra Indígena Sawré Muybu, do povo Munduruku, que mais uma vez teve que lutar pela garantia dos seus direitos contra os interesses dos especuladores e do setor do agronegócio.

Como evidencia Aguiar, (2017, p. 51) os conflitos atuais não são exceção à regra:

A formação social dos povos da floresta na Amazônia foi se constituindo ao longo de várias rodadas de territorialização, provocadas pelas fronteiras da expansão econômica e da interação conflitiva e transformadora entre os povos indígenas, dos colonizadores europeus e, no caso do Tapajós, dos migrantes nordestinos que se transformaram em seringueiros e depois garimpeiros. As reivindicações de direitos territoriais dos povos indígenas e das várias populações extrativistas não são estáticas, da mesma forma que as suas territorialidades também são instigadas a responder aos processos de acumulação por espoliação por eles confrontados ao longo do tempo.

Segundo antropólogo Viveiros de Castro (2016), a desterritorialização dos indígenas⁴⁴, é imprescindível ao projeto de Estado que busca formar populações administradas:

“Separar os índios (e todos os demais indígenas) de sua relação orgânica, política, social, vital com a terra e com suas comunidades que vivem da terra — essa separação sempre foi vista como ‘condição necessária’ para transformar o índio em cidadão. Em cidadão pobre, naturalmente. Porque sem pobres não há capitalismo, o capitalismo

⁴⁴ Ele enfatiza que “Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um povo” (Viveiros de Castro, 2016)

precisa de pobres, como precisou (e ainda precisa) de escravos.” (Viveiros de Castro, 2016).

Esses momentos de fricção territorial não são exclusivos ao Brasil, os megaprojetos de infraestrutura e a financeirização desses ativos são cada vez mais presentes na América Latina, África, Ásia e no mundo como um todo. Santos (1999, p. 10) alertava para coerção do dinheiro da globalização “Nunca na história do homem houve um tirano tão duro, tão implacável quanto esse dinheiro global. É esse dinheiro global fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações”.

No mesmo sentido, Arroyo (2006, p. 9) afirma:

Face à dominância das finanças globais, como negar a persistência histórica da condição periférica dos países da América Latina? Como falar em “desterritorialização”, quando o chamado “risco soberano” (grau de risco do endividamento externo) se constrói a partir do comportamento das contas nacionais? No período da globalização, os territórios nacionais ficam “nervosos” em razão, sobretudo, da circulação do dinheiro em estado puro (que não tem pátria, mas precisa dela). Pequenas variações nas taxas de câmbio ou nas taxas de juros podem ser fonte de grandes negócios para os grandes investidores financeiros.

Dessa forma, o uso corporativo do território coloca em risco o direito ao território dos povos originários e flexibiliza os territórios ambientalmente protegidos, para dar segurança jurídica aos investimentos em megaprojetos de infraestrutura e cumprir a agenda de destinação de recursos públicos as grandes corporações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo contemporâneo é marcado pelo fluxo de investimentos externos, redimensionados nos anos 1980, na conjuntura da abertura irrestrita das economias nacionais e da difusão da informação monetária. Assim, as praças financeiras mundiais estavam livres para mobilizar grandes volumes de capitais de forma simultânea e contribuíram para a reorganização da divisão internacional do trabalho. Aprofundou-se a globalização financeira com a atuação das instituições financeiras internacionais, das empresas transnacionais e dos Estados - que instituem as normas públicas que agem sobre a totalidade das empresas, instituições e do território – investindo em grandes obras de infraestrutura no esforço de ampliar a circulação de mercadorias e aumentar a competitividade dos circuitos espaciais de produção.

O caso dos investimentos chineses em infraestrutura e energia no Brasil não se encontra descolado dessas tendências mundiais. O renascimento econômico asiático desde o último quartel do século XX, protagonizado pelo Japão e os Tigres Asiáticos e posteriormente pela China, provocou um deslocamento do centro de gravidade econômica do Atlântico para o Pacífico. Dessa forma, a China propõe uma nova ordem econômica no mundo por meio dos empreendimentos em infraestrutura, entre eles a Nova Rota da Seda e o Canal da Nicarágua. Além de propor uma nova arquitetura dos movimentos financeiros, a China se coloca como um dos líderes dos países do Sul global.

Considerando os investimentos chineses no Brasil, deve-se apontar que ocorreu uma confluência de fatores que impulsionaram a entrada desses investimentos, considerando a conjuntura chinesa: a demanda energética chinesa, que cresceu exponencialmente nos últimos anos devido à urbanização e industrialização, à estratégia de internacionalização das empresas chinesas que foram liberadas das suas restrições de financiar empreendimentos estrangeiros e à necessidade de circular as abundantes reservas imobilizadas em títulos de tesouro estadunidense.

No Brasil, os programas de investimento de infraestrutura eram direcionados principalmente ao escoamento de *commodities* agrícolas e minerais, isso porque a inserção do país na economia capitalista mundial foi estabelecida a partir de relações assimétricas; nesta internacionalização a amortização da dívida externa era uma das principais políticas federais, esta, por sua vez, era paga com saldos positivos da balança comercial. Atualmente, a balança comercial positiva continua sendo celebrada, pois as instituições financeiras classificam o risco de investimento nos países por meio das suas condições de saldar os empréstimos estrangeiros.

Durante o governo Fernando Henrique, que teve o mérito de conter a inflação e controlar as contas públicas, mas, em contrapartida, aprofundou a desnacionalização industrial do país com um extenso projeto de privatizações, o país reforça seu papel de exportador de bens primários. Os governos Lula e Dilma aproveitaram, no plano econômico, o bom momento das cotações de produtos primários que o Brasil exporta e estimularam a produção industrial doméstica; ademais, durante o último mandato de Lula, a dívida externa foi paga e o país se tornou um dos credores internacionais. O governo petista pretendia facilitar o escoamento dos produtos agrominerais e de semimanufaturados e, dessa forma, orquestrava políticas de investimento em infraestrutura, nas quais o BNDES e as empreiteiras nacionais tinham protagonismo. Nos últimos anos, as investigações da Polícia Federal colocaram em crise as instituições governamentais, as construtoras e a Petrobrás. Mergulhado na crise política e fiscal, o governo projetava um ajuste fiscal e programas de privatizações, que foram exponenciados com o golpe institucional da presidente Dilma em 2016.

Nesse contexto de retração do orçamento público, a ideologia por trás da tirania do dinheiro coloca como inexorável uma maior atração de capitais que se transforma na canalização de programas e políticas públicas em prol da garantia de retorno ao investimento privado. Assim, sob a bandeira da desestatização e eficiência produtiva, o governo Temer aprofundou com o PPI a desnacionalização da economia, estimulando a compra de ativos e concessões.

Dessa forma, as empresas chinesas encontraram um ambiente fértil para investir em empreendimentos, sobretudo, os de tipo *brownfield*. Eles se caracterizam pela baixa diversidade de setores, concentrando-se na indústria extractiva, sobretudo no setor de óleo e gás, e no setor de mineração. No período (2015-2018) ocorreu uma concentração desses investimentos no setor de energia, incluindo geração, transmissão e distribuição. Os setores automobilísticos, de serviços financeiros e tecnologias também receberam investimentos, porém em volume muito menor do que a indústria extractiva e energia. Ao analisarmos a distribuição territorial, constatamos um direcionamento para os Estados com maior densidade técnica e tecnológica do território brasileiro - São Paulo se destaca em investimentos no setor de energia, enquanto o Rio de Janeiro compreende de forma majoritária os investimentos das petrolíferas chinesas – reforçando o caráter seletivo resultante do aprofundamento da divisão territorial do trabalho.

Considerando as relações conflituosas dos usos dos recursos públicos vinculados às infraestruturas, a urgência política em atender às necessidades das grandes corporações aprofunda o uso corporativo do território, como consequência as tentativas de sanar problemas sociais e locais são secundarizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo C.; CINTRA, Marcos A. M. (2011) “China e Brasil: oportunidades e desafios”. In: LEÃO, Rodrigo; PINTO, Eduardo C.; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F (Org.). **Comércio internacional** — aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa. Brasília: IPEA, 2010.

AGUIAR, D. **A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso Tapajós na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, ActionAid, 2017.

ALMEIDA, Paulo R. **Os primeiros anos do século XXI – o Brasil e as relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, A. G. de M. P. As Relações de Investimentos Direto entre a China e os Países de seu Entorno. In: ALVES, A. G. de M. P. (Org.) **Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro**. Brasília: Ipea, 2014, p. 285-420.

ANTAS JR, Ricardo M. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: FAPESP, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

ARROYO. Mônica. Mercosul: novos territórios ou ampliação de velhas tendências. In SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Mílton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; ARROYO, Mónica. **Globalizacao e espaço latino-americano**. São Paulo, HUCITEC-ANPUR 1994.

_____. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In **Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires**, Ed. Clacso, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/laboplan/artigos/arroyo_01.pdf>. Acesso em: 15/01/2019

_____. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX.** 2001. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARREDA, Andrés. Análisis Geopolítico del Contexto Regional. In: Geopolítica de los Recursos Naturales y Acuerdos Comerciales en Sudamerica. La Paz-Bolivia: Fobomade, 2005.

BELLUZZO, L. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, IE, n.4, 1995

BENAKOUCHÉ, Rabah. **O que é capital internacional?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Investimentos e reformas no Brasil – Indústria e infraestrutura.** Brasília: Ipea, 2002

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Novos Estudos, n. 86, mar. 2010.

BURLAMAQUI, Leonardo. Sistema Financeiro Chinês: Conformação, Transformações e Controle. In: CINTRA, Marcos A. M.; SILVA Filho, Edison B.; PINTO, Eduardo C. (Orgs.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2015.

CEBC. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012.** Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil (2012-2013).** Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Oportunidades de Comércio e Investimento na China para setores selecionados.** CEBC, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Investimentos Chineses no Brasil 2016.** CEBC, Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Investimentos Chineses no Brasil 2017.** CEBC, Rio de Janeiro, 2018.

CINTRA, Marcos A. M.; SILVA Filho, Edison B. (2015) “O sistema financeiro chinês: a Grande Muralha”. In: CINTRA, Marcos A. M.; SILVA Filho, Edison B.; PINTO, Eduardo C. (Orgs.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Les Temps Modernes, 607, 2000. Reproduzido com a permissão do autor e da revista. Tradução de Ruy Braga. Mundialização: o capital financeiro no comando.

CEPAL, Documento informativo – La inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe. 2017. Disponible em: . Acesso em: 01 set 2018.

COUTINHO, Luciano. **A terceira Revolução Industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança.** Economia & Sociedade, Campinas, nº 1, agosto, 1992).

CUNHA, R. Os Blocos Econômicos e o Emprego: o caso das maquiladoras. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/06.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

DICKEN, Peter. **Mudança global – mapeando as novas fronteiras da economia mundial.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

DICKEN, P. **Global-local tensions: firms ans states in the global space-economy.** Economic Geography 70. 1994

FARIA, F. M. Panorama das relações comerciais Brasil-China. In: ZHEBIT, A. (org.) **Brasil-China: Construindo os BRICS**, UFRJ, 2013.

FIORI, José. Luis. **A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul.** OIKOS | Rio de Janeiro | nº 8, ano VI • 2007 | ISSN 1808-0235 | www.revistaoikos.org | p, 77-106.

_____. (org).Estados e moedas no desenvolvimento das naçõ

FLYVBJERG, B. **What You Should Know About Megaprojects and Why: An Overview.** Project Management Journal 45 (2): 6–19, 2014.

FRIEDMAN. Thomas. **It's a Flat World, After All.** NY Times, 2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/04/03/magazine/its-a-flat-world-after-all.html>. Acesso em: 30 nov. 17

GALAGHER, Kevin P. KAMAL, Rohini. WANG, Yongzhong. **Fueling Growth and Financing Risk: The benefits and risks of China's development finance in the global energy sector.** Boston University. 2016

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. O nó econômico. In: SADER, Emir (org) **Os porquês da desordem mundial** – mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONÇALVES, W. da S. A Presença da China na África. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. (Org.). **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras.** Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 523-538.

- HILDYARD, Nicholas. **Licensed Larceny: Infrastructure, Financial Extraction and the global South**. Manchester University Press, 2016.
- HIRANO, Sedi. América Latina no Contexto Mundial. In: Scarlato, F.C., Santos, M. Souza, M.A. de, Arroyo, M. (org). **O novo mapa do mundo. Globalização e espaço latino-americano**. Hucitec-Anpur. São Paulo. 1993
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Spaces of Hope. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011
- _____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- _____. “**O espaço como palavra-chave**”. GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 325p.
- JABBOUR, Elias. **China: Infra-estruturas e Crescimento Econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- _____. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de Mercado na China de hoje**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- KUPFER, David e Felipe R. **Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia nacional ou busca de oportunidades**.
- LI, B. BRICS em foco: parceria estratégica Brasil-China. In: ZHEBIT, A. (org.) **Brasil-China: Construindo os BRICS**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- MARTINS, Carlos E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O Capital – Livro 1**. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

- MEDEIROS, C. A. **O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios**. Campinas: Centro de Estudos e Política Econômica/IE/Unicamp, 2010. (Textos Avulsos, n.3).
- NONNENBERG, M. J. B. **China: estabilidade e crescimento econômico**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, p. 201-218, abr./jun. 2010.
- OLIVEIRA. Ariovaldo U. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In ROSS, Jurandyr L. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed., 2. reimpr. - Editora da USP, São Paulo. 2014.
- PAUTASSO, D.; UNGARETTI, C. R. **A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico**. Revista Estudos Internacionais, v.4 n.3, p. 25-44. Belo Horizonte, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Dimensão Geopolítica da Crise Brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização**, GEOgraphia, América do Norte, 18, set. 2016.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática: São Paulo, 1993.
- SANJUAN, Thierry (org.) **China Contemporânea**. Edições 70 Ltda/Almedina Brasil. 2009. 1 edição em francês. Dictionnaire de la Chine Contemporaine, 2006. Tradução: Walter Sagardoy.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. **O Retorno do Território**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp, 2017.
- _____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et. al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial – 3^a ed. 1^a reimpr.** Rio de Janeiro, Lamparina, 2011.
- SANTOS, Milton. e SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS FILHO, Milton. “Sistema Internacional de Crédito: Conceito e Desenvolvimento”. In: _____. (org.). Instabilidade Econômica: Moeda e Finanças
- SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Políticas de infraestrutura energética e capacidades estatais nos BRICS**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2045).
- SAVY. M e VELTZ, P. **Les nouveaux espaces des entreprises**. Paris, Datar/Editions de l'Aube, 1993.

SCHUTTE, G. R. **A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro.** Conjuntura Austral. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 8, p. 90-114, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M e Starling, Heloisa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SINGER, Paul. O Plano Real: continuidade e ruptura. In MERCADANTE, Aloizio (Org.). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate.** Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **Evolução da economia e vinculação internacional.** In: SACHS, Ignacy; WILHEIN, Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (orgs) Brasil um século de transformações. Cia das Letras: São Paulo, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual - natureza, capital e a produção do espaço.** Tradução: Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

TAVARES, Maria. Conceição.; FIORI, José. Luis. **Poder e dinheiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TOLEDO, E. (2018). **Modelos de produção e relações de trabalho no México do século XXI.** Tempo Social, 30(1), 157-178.

UNCTAD. **World Investment Report 2017.** Investment and the Digital Economy. Genebra: United Nations, 2017.

VIDEIRA, Sandra L. **Globalização Financeira: um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil.** Guarapuava: Ed.Unicentro, 2009, p.344

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os involuntários da pátria.** Aula pública na Cinelândia no Abril Indígena, 2016.

WORLD BANK. China 2030. 2012. Disponível em: . Acesso em: 10 Nov. 2018

Notícias

ALVARENGA, Darlan. **Bolsonaro herda 69 projetos do PPI de Temer e quer ampliar privatizações.** G1 21 janeiro 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/21/bolsonaro-herda-69-projetos-do-ppi-de-temer-e-quer-ampliar-privatizacoes.ghtml>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

MP (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão). **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil - nº7.** 2018

Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-brasil-no7.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

RITTNER, Daniel. **PPI amplia atuação e vai buscar soluções para megaobras inacabadas.** Valor Econômico. 07 janeiro 2019.

Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6053387/ppi-amplia-atuacao-e-vai-buscar-solucoes-para-megaobras-inacabadas>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

NUNES, Clemens. "O programa de investimento em logística". AgroANALYSIS 35.7: 12-13.

Disponível:

[em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/56731/55276>](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/56731/55276).

Acesso em: 22 de janeiro de 2019

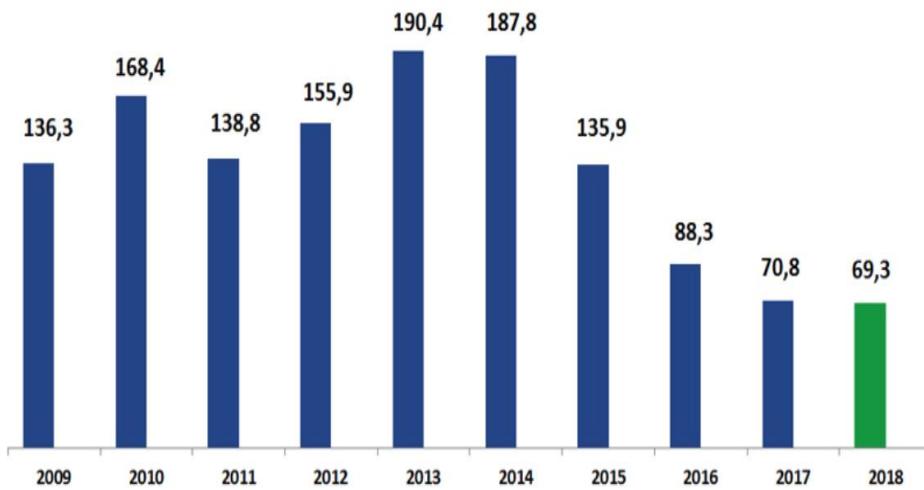
ANEXO

Tabela 4 - As cinco principais empresas chinesas investidoras no Brasil no período 2010-2016, para investimentos “confirmados”

Empresa Investidora	Valor (bilhões de dólares)	Participação no Total Investido pela China
Sinopec	11,9	27%
State Grid	11,7	27%
China Three Gorges	6,5	15%
Sinochem	3,1	7%
China Niobium	2,0	4%
Total das 5 Empresas	35,1	80%

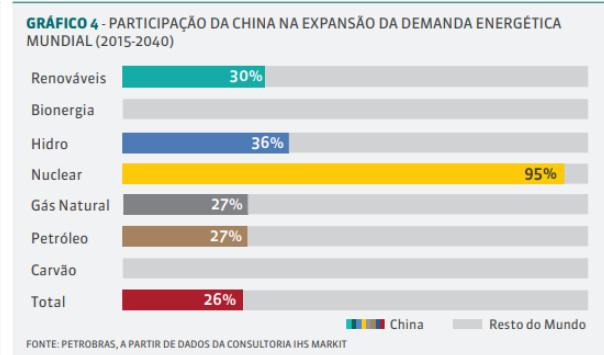
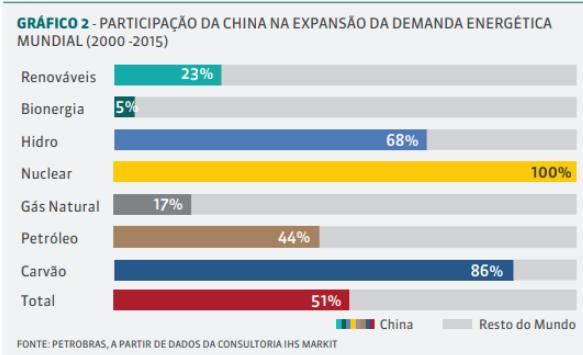
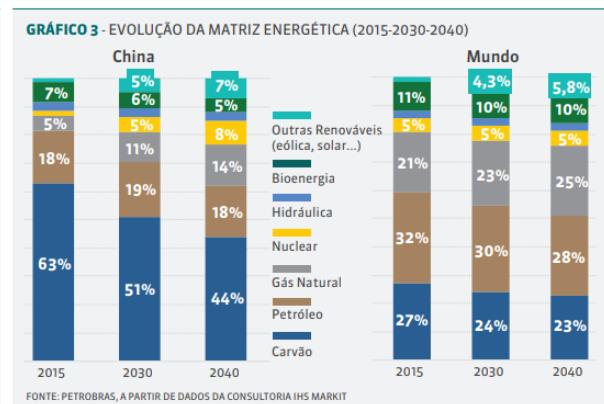
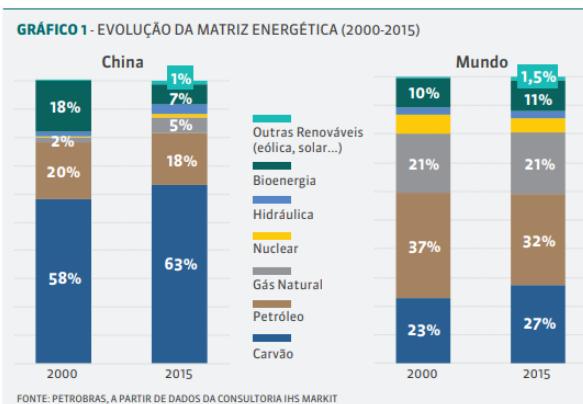
Fonte: Kupfer e Freitas (2018, p. 18)

Gráfico 10 – Evolução dos desembolsos do BNDES (em R\$ bilhões)



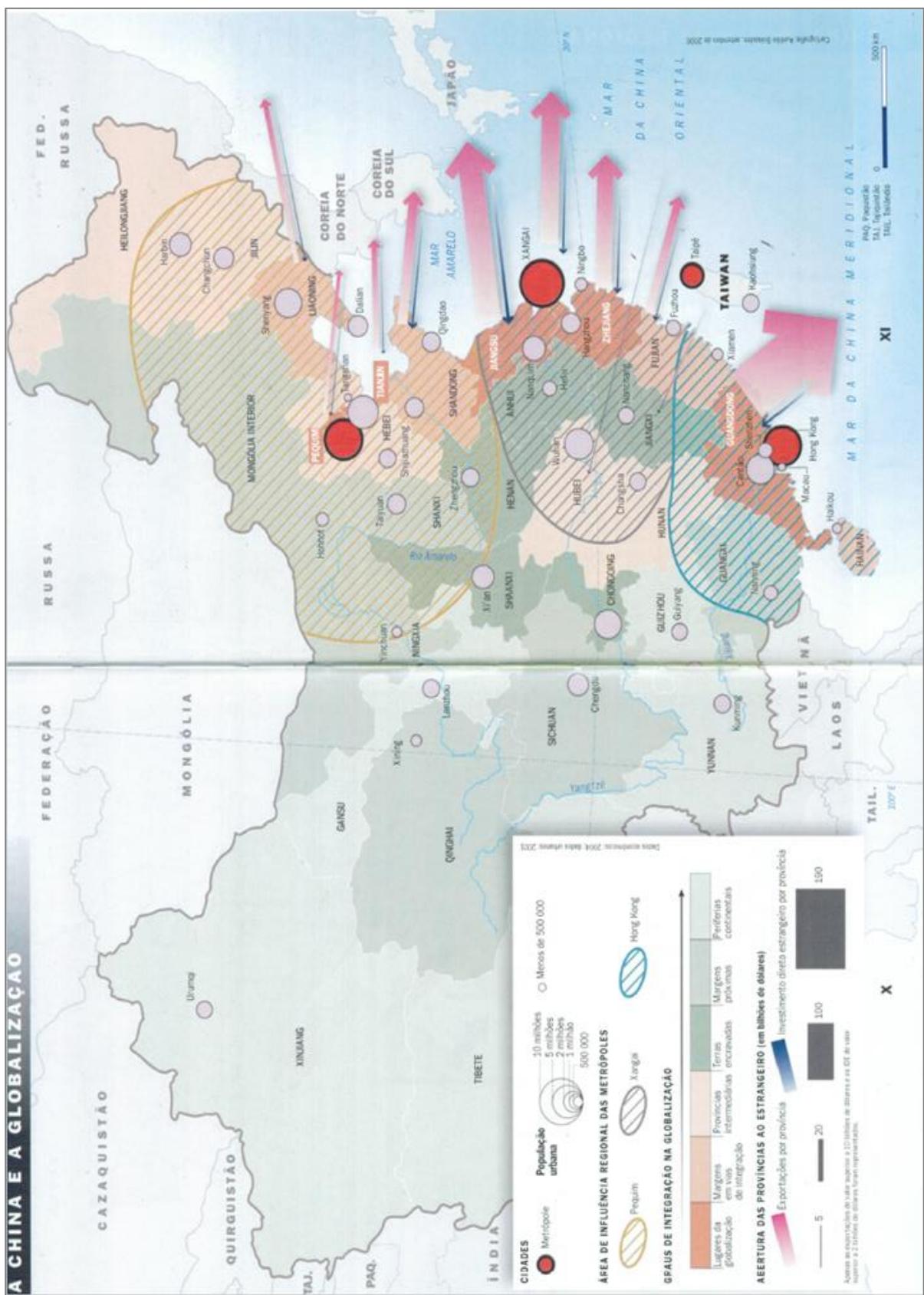
Fonte: Portal de Transparência do BNDES

Figura 1 – Gráficos elaborados pela Petrobras sobre a matriz e demanda energética Chinesa



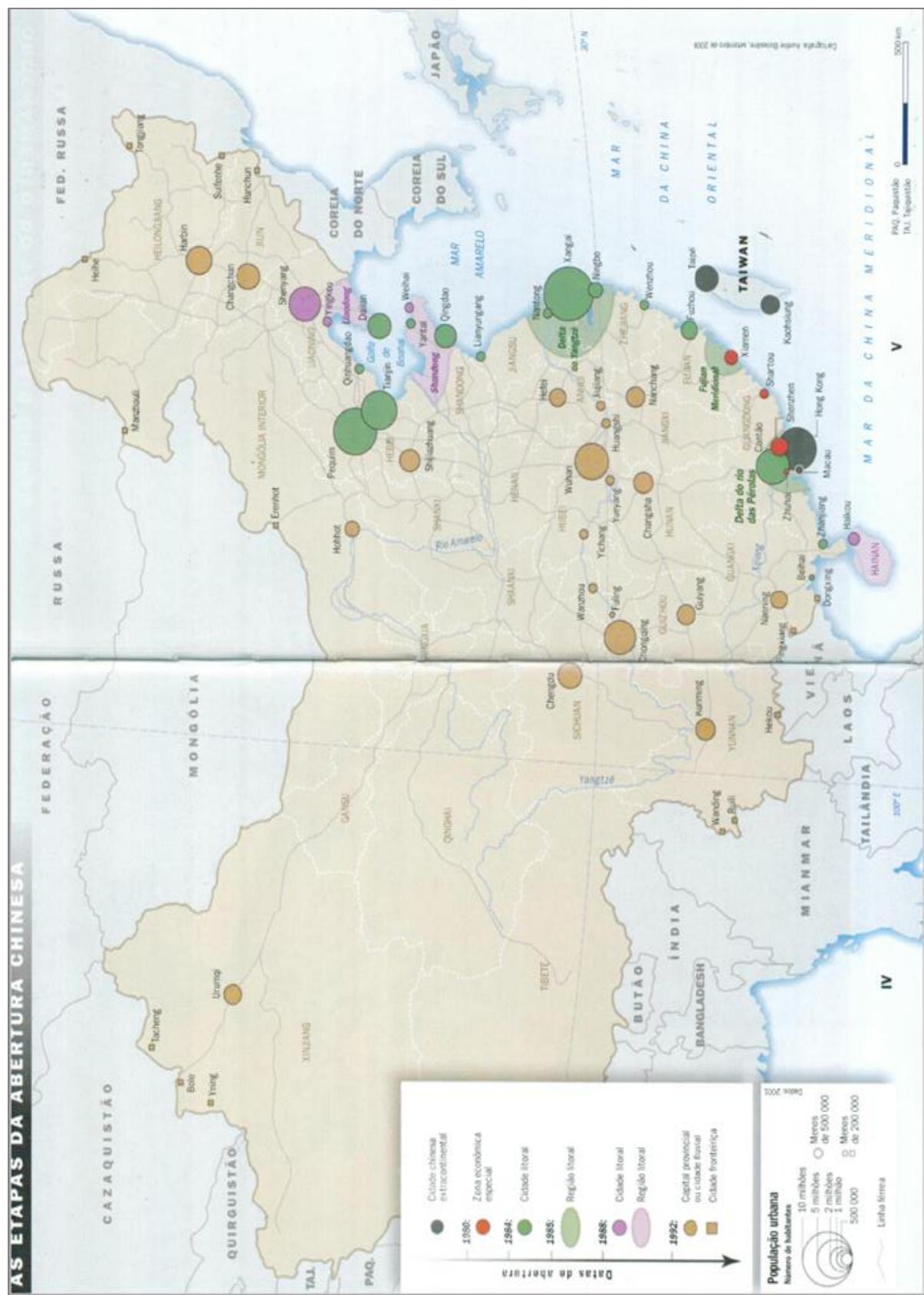
Fonte: CEBC (2018)

Mapa 2 – “A China e Globalização”



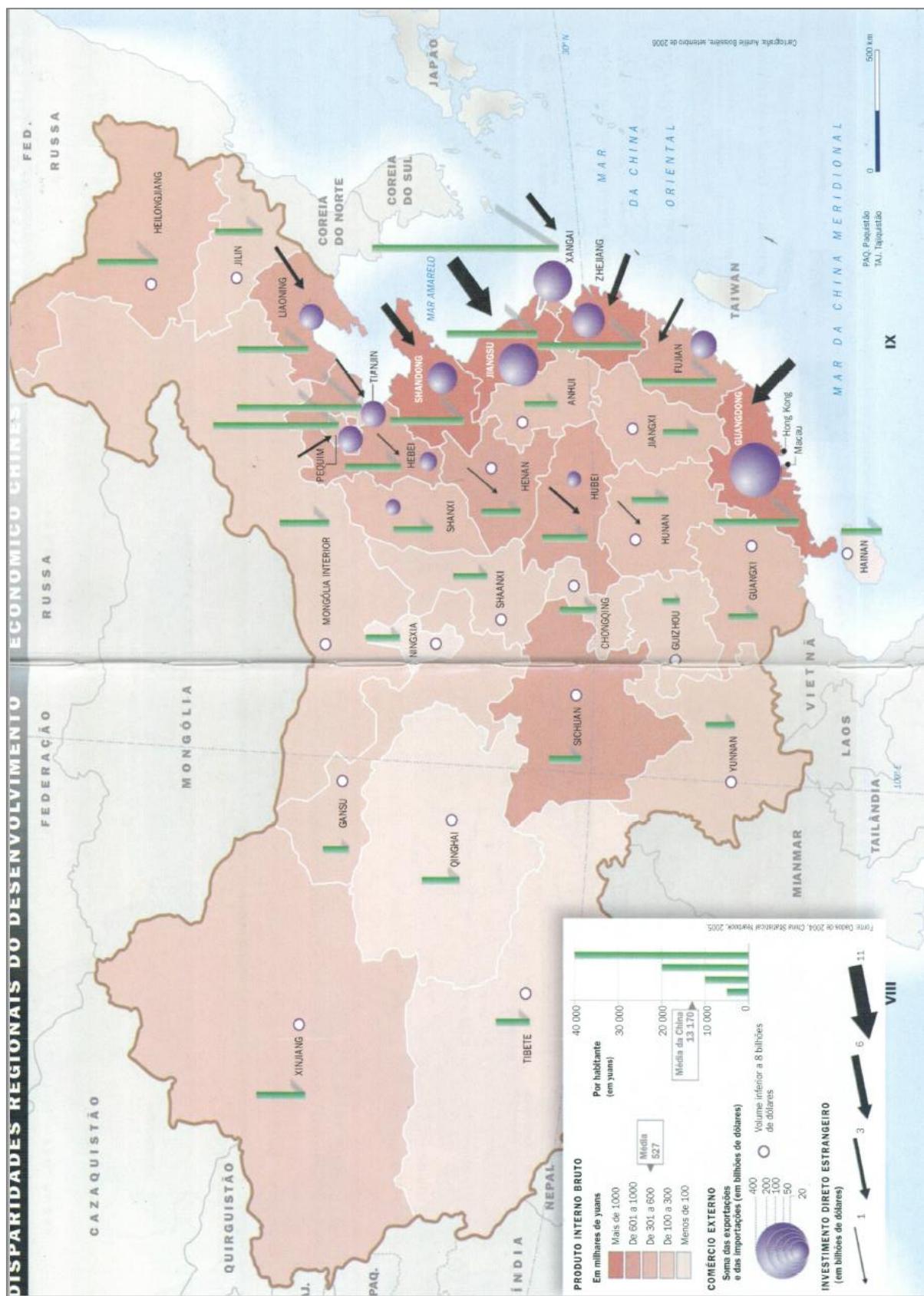
Fonte: Sanjuan (2009)

Mapa 3 – “As etapas da abertura chinesa”



Fonte: Sanjuan (2009)

Mapa 4 – “Disparidades regionais do desenvolvimento econômico chinês”



Fonte: Sanjuan (2009)